



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS



GEF
Fundo para o
Meio Ambiente Mundial



PNUMA
Programa das Nações Unidas
para o Meio Ambiente



OEA
Organização dos
Estados Americanos

PROJETO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM TERRA NA BACIA DO SÃO FRANCISCO ANA/GEF/PNUMA/OEA

Subprojeto 3.4 - Apoio à Criação do Comitê da Bacia Hidrográfica
do Rio São Francisco

Subprojeto 3.5 - Apoio ao Fortalecimento do Comitê da Bacia Hidrográfica
do Rio São Francisco



Resumo Executivo do Relatório Final

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO: RELATO E AVALIAÇÃO DE ASPECTOS METODOLÓGICOS, NORMATIVOS E CONTEXTUAIS

Brasília – DF

**PROJETO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DAS
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM TERRA
NA BACIA DO SÃO FRANCISCO
ANA/GEF/PNUMA/OEA**

**Subprojeto 3.4 - Apoio à Criação do Comitê da Bacia Hidrográfica
do Rio São Francisco**

**Subprojeto 3.5 - Apoio ao Fortalecimento do Comitê da Bacia Hidrográfica
do Rio São Francisco**

Resumo Executivo do Relatório Final

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO COMITÊ DA
BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO:
RELATO E AVALIAÇÃO DE ASPECTOS
METODOLÓGICOS, NORMATIVOS E CONTEXTUAIS**

Coordenação do Subprojeto

Rodrigo Flecha

Superintendência de Articulação Institucional

Agência Nacional de Águas

Consultores

Ana Lúcia Ferraz de Menezes
(Contrato CPR Nº 32591L4)

Maria Gravina Ogata
(Contrato CPR Nº 32591L2)

Patrícia Souza Lima
(Contrato CPR Nº 32591L1)

Rui Anastácio Silva
(Contrato CPR Nº 32591L3)

Março de 2003

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO: RELATO E AVALIAÇÃO DE ASPECTOS METODOLÓGICOS, NORMATIVOS E CONTEXTUAIS

RESUMO EXECUTIVO

INTRODUÇÃO

A década transcorrida desde a apresentação do projeto de lei até a aprovação da Lei 9.433 de 8 de janeiro de 1997 dentro do Congresso Nacional, não foi suficiente para que a Política Nacional de Recursos Hídricos por ela instituída alcançasse uma condição de maturidade suficiente para sua implantação.

Ao contrário, as diretrizes, orientações e instâncias de gestão ali preconizadas foram objeto de intensos trabalhos, um desdobramento natural que envolve um número cada vez maior de instituições federais e estaduais vinculadas à gestão de recursos hídricos e muitos outros atores sociais.

Um marco nessa história de implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos foi a criação, em 2000, da Agência Nacional de Águas-ANA, que trouxe uma nova dinâmica para a implantação dos instrumentos previstos para o gerenciamento das águas no país e para o fortalecimento institucional das instâncias que compõem o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, onde estão os comitês de bacias hidrográficas.

No âmbito da bacia hidrográfica do rio São Francisco, esses avanços foram decisivos para que a idéia de criação de seu Comitê ganhasse visibilidade e espaço nas agendas do governo federal e governos estaduais. Além disso, um grande número de instituições já entendia o Comitê da Bacia como a solução adequada para reunir, em torno da mesma mesa, o poder público, os representantes da sociedade civil e os representantes de todos os múltiplos usos das águas dessa Bacia, em busca das respostas aos problemas tão fortemente presentes na atualidade e com amplas possibilidades de agravamento no futuro.

Pela importância insuperável do rio São Francisco no restrito mosaico dos recursos naturais disponíveis para o desenvolvimento econômico e social do povo que habita sua Bacia hidrográfica, os usos concorrentes como a geração de energia, a irrigação, a pesca, a diluição de efluentes industriais e o abastecimento humano ou o turismo, entre outras atividades, dependem de um novo modelo de gerenciamento destas águas para que possam mover o desenvolvimento da Bacia, em toda amplitude e complexidade dos conceitos de sustentabilidade.

Como uma resultante desse contraditório cenário de não reconhecimento ou de incompreensão da importância de suas águas, os rios da Bacia recebem todo o esgotamento dos efluentes urbanos e industriais sem tratamento adequado, que se somam aos desastrosos impactos provocados pelo uso inadequado do solo, comprometendo severamente suas vazões e a qualidade de suas águas subterrâneas e de superfície.

A necessidade da criação do CBH-SF se impôs ao setor público, aos usuários e à sociedade civil, como um desafio urgente, exigente de um amplo processo de construção de novos modelos, valores e significados na gestão do uso múltiplo dos recursos hídricos, enfrentando os comprometimentos para a qualidade e a quantidade das águas, produzindo respostas em favor de todos os usos, assim como da recuperação e preservação de seus mananciais.

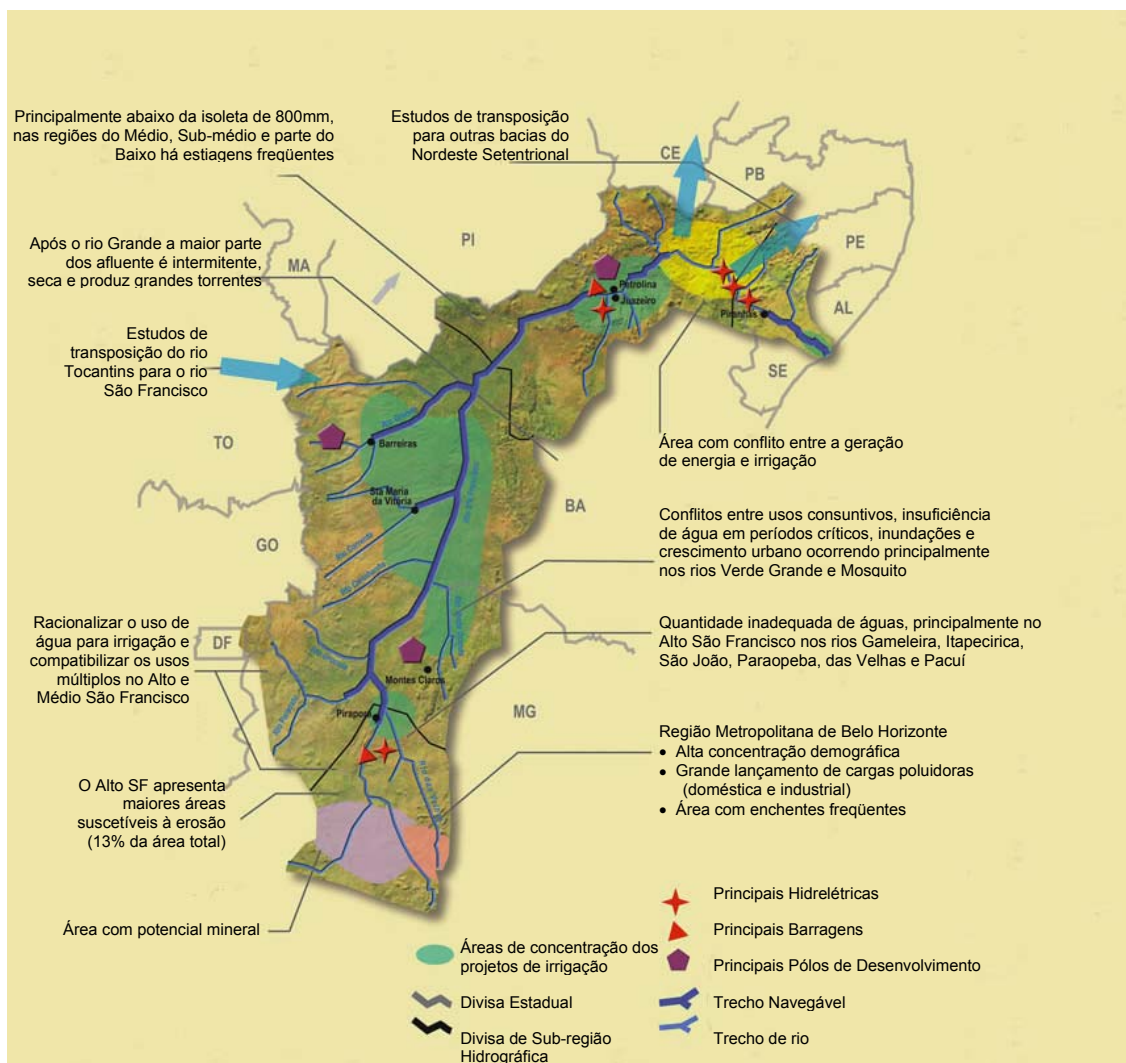


Figura 1. Cenários da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

O processo de criação do CBH-SF pode ser entendido como um resultado dos esforços do Comitê Executivo de Estudos Integrados do Vale do São Francisco – CEEIVASF junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH e à Agência Nacional de Águas-ANA, que, a partir daí, empenharam sua força como órgãos de regulação, implantação e execução da Política Nacional de Recursos Hídricos e também empreenderam nesse episódio de construção da história.

• **CBH-SF no contexto do GEF São Francisco**

Uma das iniciativas de maior impacto sobre o conhecimento da situação ambiental da Bacia e suas demandas por modelos sustentáveis de desenvolvimento é o **Projeto Integrado das Atividades em Terra na Bacia do Rio São Francisco**, o **GEF São Francisco**, fruto da

parceria entre o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Agência Nacional de Águas (ANA) como executora em âmbito nacional.

O **GEF São Francisco** tem por objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável em toda bacia hidrográfica do Rio São Francisco, inclusive sua zona costeira, e vem construindo ao longo dos últimos anos uma proposta para seu gerenciamento integrado, que mantém uma estreita relação com os propósitos da criação do CBH-SF, ou seja, a instituição de um modelo de gestão que possa, efetivamente, produzir as respostas que a Bacia necessita.

O projeto está estruturado em 4 eixos componentes, sendo:

- Análise ambiental da Bacia e da sua zona costeira;
- Participação pública e dos interessados;
- Desenvolvimento da estrutura institucional; e
- Formulação do Programa de Gerenciamento da Bacia.

O Sub-projeto 3.4 – Criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e o Sub-projeto 3.5 – Apoio ao Fortalecimento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco são parte integrante do eixo de Desenvolvimento da Estrutura Institucional, onde o CBH-SF é seu principal expoente.

Os trabalhos desencadeados no Projeto GEF São Francisco a partir de junho de 2002 foram decisivos para a formação do CBH-SF e exigiram a dedicação de profissionais de diversas instituições governamentais e não governamentais, ao mesmo tempo em que ampliava a capacidade de resposta da reduzida equipe da ANA, ainda mais quando consideradas as demandas concorrentes sobre essa mesma equipe.

- **A duração dos trabalhos**

Os trabalhos dos Sub-projetos de Criação e Apoio ao Funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco tiveram início a partir da aprovação do Guia Operativo do Projeto GEF São Francisco, em junho de 2001, mantendo estreita relação com os eventos que determinaram o processo de formação do CBH-SF, ou seja, após a instituição pelo Decreto Presidencial.

Isso significa que as atividades desses Sub-projetos tiveram suas atividades mais fortemente concentradas no período de junho a outubro de 2002, em decorrência da etapa de mobilização para formação do Comitê e da realização do processo para escolha dos representantes eleitos dos segmentos de usuários, setor público municipal e sociedade civil organizada.

- **A estrutura deste relatório**

Este relatório corresponde à apresentação e avaliação crítica de todo processo de formação do CBH-SF, reunindo as apreciações dos quatro consultores que atuaram nos Sub-projetos. Para atender a todos os aspectos envolvidos nesse processo, o relatório está dividido em 6 partes, que tratam desde o cenário dos antecedentes políticos e legais para formação do Comitê, até a apresentação de conclusões e recomendações para o futuro do CBH-SF, passando pela avaliação das estratégias e do processo desenvolvidos para sua formação.

No capítulo 1 são abordados os aspectos políticos e legais que estavam presentes no cenário que antecedeu a decisão de criação do Comitê, incluindo um comentário sobre a situação atual, já que foi finalizado o processo de formação. Já o capítulo 2 é dedicado às estratégias definidas pela Diretoria Provisória para formação do CBH-SF, com o propósito de documentar as dificuldades vivenciadas, os erros e acertos de condução de uma experiência tão inusitada no contexto das bacias hidrográficas nacionais.

O capítulo 3 é dedicado a uma avaliação crítica dos múltiplos aspectos de todo o processo de formação do CBH-SF, com as considerações sobre a metodologia, normatização e nuances do processo. A decisão sobre o adiamento da formação de sua primeira diretoria está apresentada no capítulo 4, inclusive com o entendimento que o grupo apresenta sobre a complexidade e a importância da composição dessa diretoria para o futuro do CBH-SF.

As conclusões formuladas pelos consultores dos Sub-projetos de Criação e de Apoio ao Fortalecimento do CBH-SF estão no capítulo 5. Tratam exclusivamente da sinalização dos avanços possíveis a partir do que já pode ser experimentado nos trabalhos de formação do Comitê, com base numa avaliação responsável e comprometida com todos os aspectos desse processo.

Nas recomendações apresentadas no capítulo 6, estão expressas as ações que o grupo de consultores destes Sub-Projetos apontam para a necessária consolidação do CBH-SF como um colegiado forte, representativo e capaz de identificar soluções viáveis para as complexas questões que caracterizam essa Bacia.

Como anexos deste relatório, estão apresentados os principais documentos produzidos direta ou indiretamente pelos consultores, além da documentação que regulamentou o processo de formação e o funcionamento inicial do CBH-SF. Apresenta, ainda, a lista de atores que participaram deste relatório, bem como dos membros eleitos e indicados para cada segmento formador do Comitê. Por fim, estão anexados todos os relatórios parciais produzidos pelos consultores dos sub-projetos, produzidos a cada etapa do processo de formação do CBH-SF.

1. O COMITÊ DA BACIA: ASPECTOS POLÍTICOS E LEGAIS

1.1. Antecedentes Políticos

As diferentes situações de relacionamento da população com os rios formadores dessa Bacia e, portanto, com todas as possibilidades de desenvolvimento social e econômico que oferecem, acabam por conformar um mosaico de interesses na maioria das vezes conflitantes entre si.

Da mesma forma, o panorama das desigualdades instaladas na Bacia, quer seja no aspecto econômico (cerca de 80% do PIB concentrado no Alto), no social (regiões com até 40% de famílias em condição de indigência) ou no aspecto ambiental (grande degradação na região do alto, fortes interferências no regime hídrico e na dinâmica ambiental nas demais regiões), define diferentes graus de vinculação da população às questões relacionadas aos usos e gerenciamento dos recursos hídricos dessa Bacia.

Obrigatoriamente, a formação do CBH-SF pressupunha o enfrentamento desse panorama de conflitos e de diferenciadas motivações da sociedade para o envolvimento nas questões

relacionadas à bacia hidrográfica do rio São Francisco, bem como da diversidade cultural e ambiental contidas no território da Bacia.

Assim, a definição do processo de formação do CBH-SF partiu da necessidade de se encontrar soluções metodológicas para os trabalhos de mobilização direcionado às diversas realidades regionais da Bacia e, ainda, para o aproveitamento dos trabalhos já iniciados pelos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e pelos comitês de bacia já constituídos.

O somatório de situações como a atuação de órgãos estaduais, organizações-não-governamentais e do CEEIVASF na articulação institucional pelo maior conhecimento das questões da Bacia e na busca de respostas aos seus problemas, foi capaz de criar um cenário onde as questões do rio ganhassem maior visibilidade, suscitando maiores compromissos dos governos estaduais e do governo federal.

Um reflexo desse maior envolvimento institucional nas questões da Bacia do São Francisco pode ser claramente notado no episódio da discussão do projeto que propunha a transposição do rio para outras bacias do Nordeste Setentrional. A visibilidade nas questões do São Francisco foi suficiente para que a sociedade organizada também se juntasse à mesa de discussão e para que confirmasse a necessidade de trabalhar com toda complexidade que marca o conjunto de problemas ambientais, econômicos e sociais da Bacia.

O que ficou evidenciado foi a impossibilidade de se avaliar a proposta de transposição apenas pelos critérios matemáticos (como o percentual de subtração da vazão do rio, percentual de perda na geração de energia, etc.), tornando pública a obrigação de aprofundar as discussões sobre a situação de penúria e degradação generalizada em toda Bacia.

Assim, o grande eixo de discussão deixou de ser a “salvação” de todo povo nordestino a partir de uma solução de engenharia para distribuição de água a outras regiões, passando a ter maior visibilidade a necessidade do envolvimento da sociedade da Bacia do São Francisco nas decisões sobre os destinos do rio.

É necessário salientar que este episódio teve, de fato, um papel definidor da qualidade da percepção da sociedade sanfranciscana sobre a necessidade de sua efetiva participação nas discussões sobre a transposição e, por consequência e coincidência, nas discussões sobre a criação do Comitê.

Sem nenhuma dúvida, o volume, a qualidade e a oportunidade das discussões sobre a transposição foram fatores que tiveram um profundo reflexo na qualidade da percepção da sociedade sobre a necessidade de sua participação no processo de formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

1.2. Antecedentes Institucionais e Legais

A promulgação da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997 proporcionou as condições iniciais para o movimento de criação de comitês de bacia no Brasil. Com o estabelecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos, ficaram também estabelecidas as regras para um novo modelo de gerenciamento desses recursos, pretendendo abrigar todos os avanços alcançados por países que vem buscando soluções inovadoras e sustentáveis para os múltiplos usos desse importante recurso natural.

Historicamente, a criação de comitês de rios de domínio da União antecede a promulgação da Lei Nº 9.433/97, mas há que se destacar a natureza consultiva dos comitês e o esforço que cada comitê criado teve que desenvolver para conseguir o engajamento de instituições e setores da sociedade. As dificuldades em alcançar uma composição qualificada e as impossibilidades de produzir respostas às demandas e desmandos nos rios desses comitês, foram, na maioria dos casos, as razões para que não prosperassem ou, até, desaparecessem.

O próprio CEEIVASF (Comitê Executivo de Estudos Integrados do Vale do São Francisco), que vinha atuando na Bacia desde o início da década de 80, apresentava uma estrutura e um conjunto de atribuições de grande valia para os estudos técnicos e para assessoramento nas demandas dos projetos e políticas voltadas para Bacia, mas não atendia as orientações para criação e funcionamento de comitês de bacia hidrográficas da atual Política de Recursos Hídricos estabelecida pela Lei 9.433/97.

Para atender a formatação exigida pelo CNRH, o CEEIVASF contou com a participação colaborativa de muitos técnicos e instituições comprometidas com as questões da Bacia do São Francisco, na construção do documento que formalizou o pedido de instituição do CBH-SF. O resultado foi um documento apresentando a justificativa contextualizada do pedido de criação do CBH-SF, onde foram destacados não apenas a preocupante situação da Bacia, mas a oportunidade da aplicação dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Esta ação foi uma animadora demonstração de união de diferentes forças para uma conquista tão importante como Comitê da Bacia mas, por lado, evidenciou que as relações entre as forças políticas presentes na Bacia são bastante desiguais quando são consideradas as relações entre os estados da Bacia (Alagoas, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Goiás e Distrito Federal), ou quando são consideradas as forças econômicas presentes.

Ainda hoje a regulamentação e a implementação dos instrumentos de gestão, entretanto, encontram-se em estágios bastante diferenciados em cada um dos estados, o que dificulta o estabelecimento de regras mais uniformes para os procedimentos a serem adotados numa bacia de rio de domínio da União como a do São Francisco, com diversos afluentes de domínio dos estados.

Enquanto persistir a diversidade de arranjos institucionais, com diferentes graus de autonomia institucional e de capacidade operacional nos estados formadores da Bacia, também persistirão as dificuldades e desafios para a gestão de uma bacia com a complexidade do São Francisco, com reflexos importantes na condução dos trabalhos do CBH-SF.

Não se pode ignorar também, que o movimento de crescimento e desenvolvimento econômico (e toda a carga de sedução nele incorporada) tem provocado um crescimento desordenado na demanda por recursos hídricos e, conseqüentemente, na disputa entre os estados pela hegemonia sobre a utilização destes recursos.

1.3. A Decisão pela Criação do CBH-SF

Solidário aos esforços em favor desse Comitê, o CNRH decidiu por sua criação no primeiro semestre de 2001 (reunião ordinária de 29 de maio de 2001), já reforçado por inúmeras manifestações de apoio de entidades da sociedade civil, prefeituras municipais e órgãos

oficiais de recursos hídricos da Bacia, inclusive com o qualificado apoio da Agência Nacional de Águas.

Finalizando a tomada de decisão pela criação do Comitê e obedecendo os preceitos legais, foi publicado em 5 de junho de 2001 o Decreto da Presidência da República que instituiu o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco – CBH-SF, ocasião em que foi definida a criação de uma Diretoria Provisória encarregada de promover as ações necessárias para essa criação.

2. A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DO CBH-SF

2.1. A Diretoria Provisória

Em razão da dimensão da incumbência de formação do CBH-SF, o próprio CNRH aprovou uma moção onde a Diretoria Provisória desse Comitê seria composta por 19 membros, modificando o que prevê a Resolução Nº 5/00 do próprio CNRH, e ajustando a Diretoria Provisória à realidade da Bacia, que teve a seguinte formação:

- 2 integrantes do Governo Federal
- 7 integrantes dos Governos dos Estados e Distrito Federal
- 3 representantes dos usuários de recursos hídricos
- 3 representantes da sociedade civil organizada
- 3 representantes do Poder Público Municipal:
- presidente do CEEIVASF

Assim, a constituição da Diretoria Provisória do CBH-SF deu-se pela Portaria Nº 367 do CNRH, de 4 de outubro de 2001 (data dos 500 anos do descobrimento do rio pelos portugueses), tendo a exclusiva incumbência de coordenar a organização e instalação do Comitê, aprovar seu Regimento Interno bem como coordenar a eleição e posse da Diretoria do Comitê quando eleito.

A definição dos nomes e instituições para essa composição da Diretoria foi uma atribuição de seu Presidente (ocupada pelo Ministro do Meio Ambiente) e da Secretaria Executiva (ocupada por uma Diretora da ANA), em negociação com os representantes indicados pelos governos dos 7 estados formadores da Bacia e com a presidência do CEEIVASF.

A partir das orientações dessa Diretoria Provisória do CBH-SF foram definidas as ações e estratégias para o processo de mobilização dos segmentos que compõem o Comitê, ou seja, setor público, usuários e organizações da sociedade civil.

A Diretoria Provisória do CBH-SF atuou como um colegiado responsável pelas deliberações acerca do processo de formação desse Comitê. Durante o período de outubro de 2001 e a posse do Comitê, esta Diretoria esteve reunida por 10 vezes.

A eleição e a posse da primeira Diretoria do CBH-SF vão determinar o encerramento definitivo dos trabalhos dessa Diretoria Provisória, que cumpriu uma extensa e complexa agenda de negociações e definições para o processo de formação do Comitê.

Com um maior entendimento sobre a complexidade e a abrangência da tarefa de implantação do Comitê, a Diretoria Provisória teve que encontrar uma forma de funcionamento que

permitisse o pleno desenvolvimento do processo de formação do CBH-SF, criando comissões específicas para atendimento às demandas relativas ao processo eleitoral ou relativas à formulação do Regimento Interno do Comitê.

O desdobramento dessa decisão foi a criação de duas comissões dentro da Diretoria Provisória, sendo, a primeira, a Comissão Especial Eleitoral e, a segunda, a Comissão Especial de Regimento Interno, através das Resoluções Nº1 e Nº 2, ambas de 12/6/2002. Dessa forma a Diretoria pode atender às demandas nas Comissões num primeiro momento, para posteriormente tratá-las em reunião plenária da Diretoria Provisória, quando necessárias.

A **Comissão Especial Eleitoral** foi responsável pela condução do processo de inscrição e habilitação dos usuários e organizações civis e pela condução do processo eleitoral para a escolha dos representantes dos segmentos usuários, organizações civis e do Poder Público Municipal. Ficou a cargo dessa Comissão a proposição do calendário eleitoral e dos textos dos editais de convocação para as diversas etapas do processo eletivo e, ainda, a decisão, em primeira instância, sobre recursos impetrados durante o processo eletivo para a instalação do Comitê.

A **Comissão Especial do Regimento Interno** atuou na elaboração da proposta do Regimento Interno. A Comissão encarregou-se de organizar todas as sugestões recebidas, bem como da consolidação e encaminhamento para a aprovação final na Plenária da Diretoria Provisória.

As duas Comissões trabalharam em paralelo à agenda da própria Diretoria Provisória, contando com a colaboração de técnicos da ANA, da equipe técnica do Instituto Manoel Novaes-IMAN e com a consultoria dos profissionais deste Sub-projeto de Criação e Apoio ao Fortalecimento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (ANA/GEF/PNUMA/OEA).

- **As Comissões Estaduais de Coordenação do Processo Eleitoral**

Embora não constituídas exclusivamente por membros da Diretoria Provisória, a criação das Comissões Estaduais de Coordenação do Processo Eleitoral foi a maneira encontrada pela Diretoria Provisória para a instituição de um mecanismo de coordenação estadual do processo eleitoral.

Os trabalhos dessas Comissões Estaduais foram extremamente importante para efeito de habilitação e credenciamento dos usuários e sociedade civil que se inscreveram para concorrerem no processo eleitoral para formação do CBH-SF e na coordenação das plenárias estaduais.

2.2. A Definição da Composição do CBH-SF

Após um longo processo de discussão, em sua 6ª Reunião (4 de julho de 2002) a Diretoria Provisória do CBH-SF, estabeleceu a composição do CBH-SF com 60 (sessenta) membros, distribuídos conforme o quadro abaixo.

Essa decisão impôs e exigiu da Diretoria Provisória, muita habilidade para negociação de interesses e bastante determinação para vencer os fortes embates travados nos momentos de definição dessas vagas para cada segmento e para cada estado formador da Bacia, já que todos buscavam uma composição de vagas que atendesse aos anseios dos estados e dos segmentos que representavam.

Quadro 1. Composição do CBH-SF por Estado

Unidade da Federação	Poder Público			Usuários	Sociedade Civil		Total
	Federal	Estadual	Municipal		Ong's e Entidades	Povos Indígenas	
Alagoas	-	1	1	2	2	-	6
Bahia	-	1	2	6	3	-	12
Distrito Federal	-	1	-	-	-	-	1
Goiás	-	1	-	-	-	-	1
Minas Gerais	-	1	3	9	6	-	19
Pernambuco	-	1	1	4	2	-	8
Sergipe	-	1	1	2	2	-	6
(Toda Bacia)	5	-	-	1	-	1	7
Total	5	7	8	24	15	1	60

Ainda por decisão da Diretoria Provisória, mais precisamente das representações do Governo Federal que integram esta Diretoria, a esfera federal de governo é representada no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco por membros formalmente indicados pelos titulares das seguintes pastas:

- Ministérios do Meio Ambiente - MMA
- Ministério de Minas e Energia - MME
- Ministério da Integração Nacional - MIN
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG
- Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Ao final do processo de formação do CBH-SF, foi estabelecida a seguinte proporção na composição:

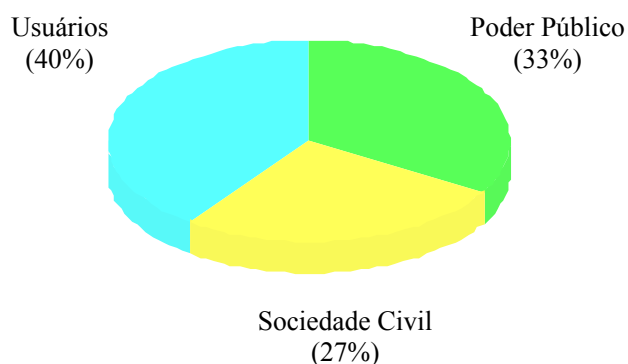


Figura 2: Participação Percentual dos Segmentos na Composição do CBH-SF

Já em relação aos estados formadores da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, bem como aos membros de toda Bacia, ou seja, não diretamente vinculados aos estados (5 do poder público federal, 1 da comunidade indígena e 1 da Companhia Hidrelétrica do São Francisco-CHESF), a composição é a seguinte:

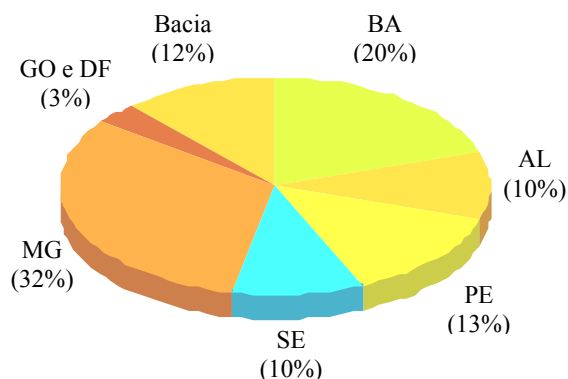


Figura 3: Participação Percentual dos Estados na Composição do CBH-SF

2.3. Normatização do processo de formação do CBH-SF

A Diretoria Provisória trabalhou intensamente na produção de instrumentos normativos que não apenas disciplinaram todo o processo de formação do CBH-SF, como também definiram sua composição e orientaram os procedimentos de escolha dos seus membros. Como resultado desse trabalho de normatização foram elaborados e aprovados os seguintes documentos:

- Regimento Interno da Diretoria Provisória;
- Deliberações da Diretoria Provisória (oito);
- Normas, Procedimentos e Critérios para o Processo de Escolha e Indicação dos Membros do CBH-SF; e
- Regimento Interno do CBH-SF.

O **Regimento Interno da Diretoria Provisória** foi o primeiro texto aprovado pela Diretoria Provisória e destinado especificamente à regulamentação do seu funcionamento. De acordo com a legislação vigente, este Regimento relaciona as seguintes atribuições para essa Diretoria:

- coordenar a organização e instalação do CBH-SF;
- definir o processo de escolha dos representantes das organizações civis com atuação comprovada na Bacia, entre seus pares;
- definir o processo de escolha dos representantes dos usuários da Bacia, entre seus pares;
- definir o processo de escolha dos representantes do poder público municipal na área da Bacia, entre seus pares;

- articular para indicação dos representantes do poder público, na esfera federal, estadual e do Distrito Federal;
- assegurar a publicização dos trabalhos para formação do Comitê;
- aprovar o Regimento Interno do CBH-SF, possibilitando ampla divulgação e discussão do mesmo durante o processo de mobilização para a instalação do CBH-SF;
- elaborar e aprovar as normas, procedimentos e critérios para todo o processo de instalação do CBH-SF;
- constituir comissões especiais para permitir o melhor cumprimento das suas atribuições;
- empossar os membros do CBH-SF e proceder a eleição da sua Diretoria.

As **Deliberações da Diretoria Provisória**, em número de oito, foram criadas no decorrer de todo processo de formação do CBH-SF, na medida em que foram identificadas as lacunas e as necessidades de normatização dos diversos aspectos e situações desse processo, forçadas pelas peculiaridades da Bacia do São Francisco e pelo ineditismo da experiência.

Para atender às necessidades de normatização identificadas, a Diretoria Provisória contou com apoio da ANA, do IMAN, do Sub-projeto 3.5 do GEF São Francisco e deliberou sobre aquilo que estava no âmbito de suas competências, tendo sido geradas oito Deliberações específicas para o processo de formação do CBH-SF.

O documento **Normas, Procedimentos e Critérios para o Processo de Escolha e Indicação dos Membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**, discutido e aprovado pela Diretoria Provisória, foi de grande valia para os trabalhos de todas as instituições envolvidas no processo de formação do CBH-SF.

Deve ser ressaltado que esse instrumento serviu como base de orientação para a condução de todo o processo, visto que tratou de capítulos referentes à:

- Condução do processo de escolha e indicação dos membros do CBH-SF;
- Comissão especial eleitoral;
- Estratégia de mobilização para composição do Comitê;
- Agentes de mobilização: deveres e atribuições;
- Fixação do número de representantes no Comitê;
- Processo de escolha dos membros do CBH-SF.

Na verdade, essa metodologia passou por alterações decorrentes da própria dinâmica do processo, visando poupar tempo sem afetar a qualidade da representação, tendo sido suprimida a realização das plenárias finais, mantendo-se os encontros regionais, as plenárias estaduais setoriais e uma única plenária para toda Bacia, destinada à escolha dos representantes das suas 24 nações indígenas.

Dentre todos os instrumentos discutidos e aprovados pela Diretoria Provisória do CBH-SF, nenhum merece tanto destaque quanto o **Regimento Interno do CBH-SF**. Esse foi o instrumento que mais tempo absorveu de todos os membros da Diretoria Provisória, em razão da grande concentração de esforços necessários para sua elaboração e aprovação.

O Regimento conta com 8 capítulos que tratam, respectivamente, de:

- denominação, área de atuação, sede e finalidade do Comitê;
- composição do CBH-SF;
- estrutura organizacional do CBH-SF;

- atribuições dos órgãos e dirigentes;
- atribuições dos membros do Comitê;
- relacionamento com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- processo de desligamento dos membros;
- disposições gerais e transitórias.



Foto 1. Discussão do Regimento na Diretoria Provisória, Salvador-BA

Após a elaboração do texto preliminar, ocorreu uma grande pressão por parte da sociedade civil para que seu texto fosse conhecido e colocado a disposição de todos, de modo que pudessem ser apresentadas as sugestões dos interessados na formação e funcionamento do Comitê.

Ocorreu que nesse “disponibilizar”, a parte relativa à composição do CBH-SF foi tratada como matéria vencida pela Diretoria Provisória e, portanto, não acolheu nenhuma das sugestões apresentadas para modificar tal composição. O fato gerou grande insatisfação àqueles que procuravam participar de sua elaboração, inclusive pela falta de divulgação dessa decisão da Diretoria Provisória de não acatar sugestões dessa natureza.

Importante destacar a solução encontrada no Regimento Interno do CBH-SF para manter mobilizado e participante o grande número de entidades (do segmento de usuários e da sociedade civil) que participaram do processo de formação do CBH-SF, e que não poderia ser simplesmente ignorado a partir da instalação do Comitê.

A decisão está prevista na estrutura organizacional do CBH-SF, com a criação das Câmaras Consultivas Regionais que deverão abrigar e legitimar as formas de participação de um número expressivo de entidades que estiveram presentes no processo de formação do Comitê.

2.4. A Metodologia do Programa de Mobilização

O Programa de Mobilização para a instalação do Comitê da Bacia do Rio São Francisco foi concebido e implementado através de convênio nº CV028/2001 firmado em novembro de 2001 entre a ANA e o IMAN.

O IMAN é uma instituição da sociedade civil fundada em 1995, com sede na Bahia. Deriva do antigo CEEIVASF, numa articulação com a Federação da Agricultura, Associação

Comercial e as Universidades Federal e Estadual da Bahia. Tem como objetivo “a defesa do Rio São Francisco e o desenvolvimento sustentável da Bacia”.



Foto 2. Equipe do Planejamento da Mobilização, janeiro/2002, Casa Branca-MG

A metodologia do projeto previa dois grandes grupos de atividades: um primeiro momento de preparação e sensibilização dos segmentos formadores do Comitê (poder público, usuários e sociedade civil) e um segundo momento correspondente ao processo eleitoral propriamente dito, prevendo a realização de plenárias para cada segmento nos estados.

2.4.1. Preparação e mobilização

Na etapa preparatória, o Programa de Mobilização previu:

- a definição de regiões de mobilização, agregando os municípios por sub-bacias contribuintes do rio;
- a seleção e capacitação de uma rede de mobilizadores regionais e locais;
- a estruturação do programa de comunicação e a preparação do material informativo;
- o mapeamento da Bacia baseado na identificação dos usuários e entidades civis nos municípios;
- o início das ações de comunicação de massa, que convergiriam para a realização de Encontros Regionais.

Entre os meses de janeiro e abril de 2002, foram realizadas estas atividades preparatórias e de sensibilização dos segmentos a serem mobilizados. Os trabalhos foram iniciados somente após a realização de uma série de ajustes sobre a proposta original, fruto de discussões e aprofundamentos metodológicos envolvendo a Diretoria Provisória, a ANA, o IMAN e os consultores desse Sub-Projeto 3.5 do GEF São Francisco, onde foram previstas as seguintes ações:

- seleção e capacitação de uma equipe técnica de coordenação dos trabalhos do programa de mobilização;
- estruturação do Programa de Comunicação e preparação de material informativo;
- mapeamento das entidades representativas dos usuários e da sociedade civil da Bacia;
- início das ações de comunicação de massa;
- realização de Encontros Regionais na Bacia.

2.4.2. Os procedimentos eleitorais

• Os Encontros Regionais

Os Encontros Regionais constituíram-se no principal mecanismo de articulação, sensibilização e informação do público a ser atingido, reunindo entidades representantes dos segmentos de usuários e da sociedade civil organizada da Bacia. Para esses encontros convergiram as atividades de comunicação e as reuniões preliminares realizadas com o poder público, organizações de usuários e representantes da sociedade civil nos municípios.

A metodologia proposta para os encontros previu um conjunto de apresentações e discussões sobre temas como:

- a bacia do rio São Francisco, a questão da água no mundo e na região;
- a Política Nacional de Recursos Hídricos;
- a importância, o papel e a composição dos comitês de bacia e, em especial, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; e
- as normas, procedimentos e critérios para o processo de escolha dos membros do Comitê.



Foto 3. Encontro Regional de Penedo-AL

Foram realizados 39 Encontros Regionais, reunindo aproximadamente 6.000 pessoas participantes, conforme quadro abaixo:

Quadro 2. Panorama e alcance dos Encontros Regionais

Estado	Municípios na Bacia	Encontros Realizados	Total de Participantes
Alagoas	49	4	560
Bahia	115	6	891
Minas Gerais	240	18	2.894
Pernambuco	69	7	992
Sergipe	27	4	389
Goiás	3	--	--
Distrito Federal	1	--	--
Total	504	39	5.726

Cabe destacar que o Estado de Goiás e o Distrito Federal não realizaram encontros regionais. Dada a pequena porção territorial desses estados na Bacia, a mobilização foi incorporada pela equipe de Minas Gerais e, por decisão da Diretoria Provisória, sua representação no Comitê ficou restrita a um representante do Poder Público Estadual para cada uma dessas Unidades da Federação.

Os Encontros Regionais foram realizados com a participação dos órgãos gestores de recursos hídricos dos estados, desde o processo de mobilização até a própria realização dos encontros, com exceção do Estado de Minas Gerais, onde a ausência do órgão gestor estadual gerou dificuldades no andamento dos trabalhos.

A grande maioria dos participantes dos encontros regionais pertencia a instituições da sociedade civil (organizações não governamentais, associações e entidades de usuários) representando cerca de 53% dos participantes. Os usuários representaram aproximadamente 19% dos presentes e os membros do poder público, nas esferas municipal, estadual e federal, representaram 28% do total de participantes nos encontros, conforme ilustra a figura 4:

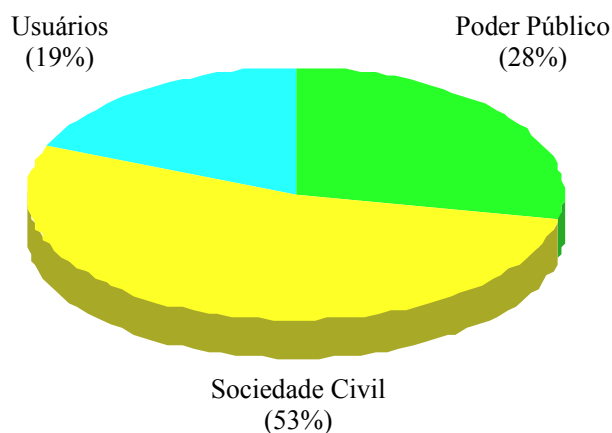


Figura 4. Participações Percentuais nos Encontros Regionais

Os Encontros Regionais suscitaram, em todos os estados, o interesse da sociedade em participar dos Comitês de Bacias, reforçando e incentivando o processo em curso de formação de comitês das sub-bacias do rio São Francisco.

- **Inscrições e habilitações para as Plenárias Estaduais**

Durante a realização dos 39 encontros regionais para discutir a formação do Comitê com toda Bacia, a Diretoria Provisória trabalhou na definição dos critérios e procedimentos para inscrição e validação das inscrições e, ainda, na organização de um calendário para o recebimento dos pedidos de inscrição de representantes e de entidades dos segmentos de usuários e sociedade civil organizada interessadas em concorrer no processo eleitoral.

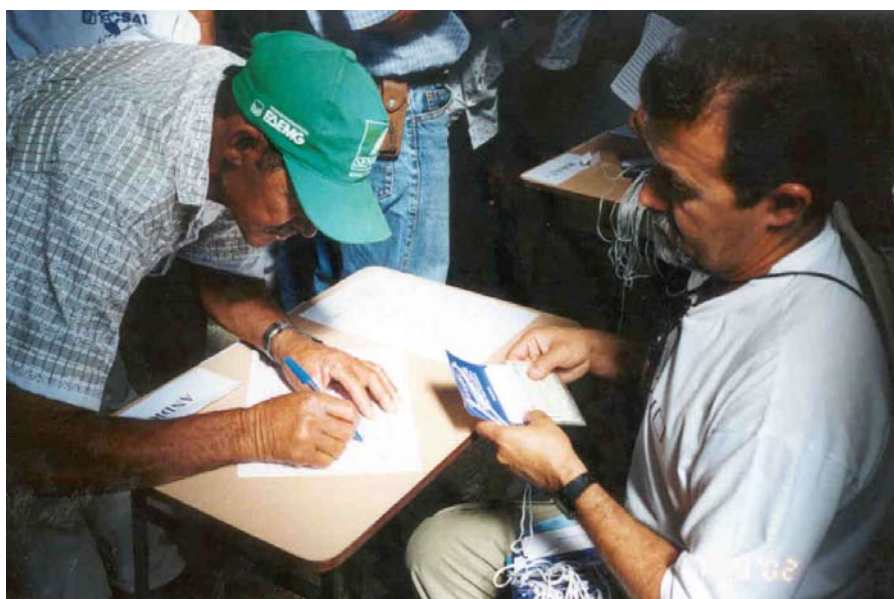


Foto 4. Credenciamento para Plenária Estadual, Janaúba-MG

Foram aceitas e validadas 1.306 inscrições de usuários e organizações da sociedade civil em toda a Bacia, distribuídas segundo o quadro 3, o que pode ser tomado como um indicativo de resultado positivo do processo de mobilização.

Quadro 3. Inscrições Habilitadas para o Processo Eleitoral

Unidade da Federação	Usuários	Sociedade Civil	Total
Alagoas	32	48	80
Bahia	205	116	321
Minas Gerais	585	137	722
Pernambuco	48	16	64
Sergipe	30	89	119
Total	900	406	1306

- **As plenárias estaduais**

Como parte da metodologia aplicada na formação do CBH-SF, a Diretoria Provisória definiu que o processo de escolha dos representantes do poder público municipal, usuários, organizações da sociedade civil (exceto para o representante dos povos indígenas), deveriam ocorrer em reuniões plenárias específicas para cada segmento de cada estado.

Estas plenárias seriam realizadas com a finalidade de possibilitar a escolha dos representantes de cada segmento por seus próprios pares, conforme determinam as leis e normas para esse assunto.

Considerando que tanto a composição como o número de vagas por estado e segmento já haviam sido amplamente discutidos, negociados e definidos pela Diretoria Provisória do Comitê, ocorreu a programação para que cada estado realizasse suas reuniões plenárias.

Quadro 4. Calendário de Plenárias Estaduais

Segmento do CBH	AL	BA	MG	PE	SE
Poder Público Municipal	9/9/02	10/9/02	2/9/02	19/9/02**	30/8/02
Sociedade Civil	18/9/02	16/9/02	20/9/02	13/9/02	10/9/02
Abastecimento Urbano e Esgotamento Urbano	12/9/02	12/9/02	10/9/02	-	4/9/02
Indústria e Mineração	-	17/9/02	19/9/02	10/9/02	-
Pesca, Turismo e Lazer	5/9/02*	5/9/02	18/9/02	-	-
Irrigação e uso Agropecuário	-	3/9/02	17/9/02	10/9/02	4/9/02*
Transporte Hidroviário	-	17/9/02	-	11/9/02	-

* Plenária realizada em conjunto entre Sergipe e Alagoas.

** Plenária originalmente prevista para 12/9/02.

Em relação às plenárias estaduais, cabe destacar as plenárias que foram realizadas em conjunto entre os estados de Sergipe e Alagoas. Talvez seja esta, uma primeira e louvável manifestação do modelo de coesão necessária ao funcionamento e atuação do futuro CBH-SF, ou seja, um colegiado onde as decisões sejam tomadas conforme cada realidade da Bacia, unindo esforços e compondo interesses e demandas regionais.

A realização das plenárias estaduais representou o êxito de todo um processo deflagrado na Bacia do São Francisco. Foram incontáveis reuniões na fase de mapeamento da Bacia, um exército de profissionais de diversas instituições envolvidas no processo, dezenas de encontros regionais, um movimento de 1.306 inscrições e 940 presenças credenciadas em toda Bacia e, por fim, 27 plenárias estaduais e uma plenária para os povos indígenas de toda Bacia, onde todo esse trabalho foi corajosamente concluído, dando sentido aos esforços realizados nesse projeto, desde sua fase de concepção.

Os resultados atestam que a sociedade sanfranciscana está definitivamente envolvida e presente na construção desse novo modelo de gestão dos recursos hídricos de sua Bacia hidrográfica, muito embora as diferentes motivações e conflituosos interesses que possam estar representados.

A qualidade das presenças durante as plenárias estaduais mostra ter havido uma inversão quanto à qualidade da participação observada durante a etapa dos encontros regionais. O que se observou nas participações das plenárias estaduais foi uma presença de 30% de organizações da sociedade civil (para os 53% observado nos encontros regionais), 57% de usuários (para 28% nos encontros regionais) e 13% de poder público municipal (para 19% nos encontros regionais), conforme ilustrado na figura abaixo:

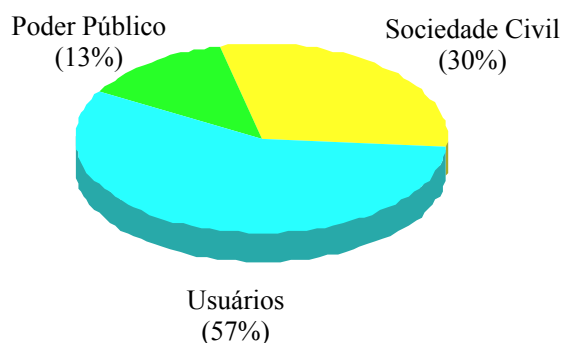


Figura 5. Participações nas Plenárias Estaduais

Como não poderia deixar de ser, o resultado do processo eleitoral reflete todas as ansiedades, expectativas, esperanças e descontentamentos de uma Bacia formada por mais de 500 municípios de 7 estados, que alcança a marca de 16 milhões de habitantes desigualmente distribuídos numa área de 640 mil km² e que abriga contrastes econômicos, desigualdades sociais, diversidades culturais e variações ambientais que, por certo, não são superadas por nenhuma outra bacia nacional.

Também as Comissões Estaduais Coordenadoras do Processo Eleitoral, coordenadas pelos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos, responderam adequadamente à importância e necessidade de uma atuação local e contextualizada no atendimento das demandas geradas pelas etapas de acolhimento e validação dessas inscrições, ou seja:

- recolhimento das inscrições;
- análise da documentação, segundo os critérios definidos pela Diretoria Provisória;
- validação das inscrições;
- divulgação da lista de credenciados e da lista de inscrições indeferidas;
- análise e definição sobre eventuais recursos de impugnação de inscrições;
- remessa da lista de credenciados à ANA para publicação no Diário Oficial da União;
- coordenação das plenárias estaduais.

2.4.3. A complexa questão indígena

Alvo de longo processo de silenciamento e negação da própria existência, os povos indígenas ainda hoje se ressentem da falta de reconhecimento da sua identidade e dos seus direitos, cuja materialização depende fundamentalmente da conquista do direito ao território, entendido como principal suporte da sua vida social, reprodução física e cultural.

Deserdados de suas terras tradicionais inicialmente pelo avanço da cultura do gado, que marcou a ocupação branca na região da Bacia, as populações indígenas passaram por quatro séculos de destribalização, perda do *ethos* grupal e da autonomia econômica de que gozavam, pela íntima relação que tinham esses povos com o rio São Francisco.

Muitos povos que habitavam a beira do rio São Francisco tiveram que fugir para sobreviver: é o caso dos Pankararé, dos Pankararu, dos Jiripankó, dos Kantaruré, que se refugiaram na caatinga, dos Atikum, dos Pipipã e os Kambiwá, que hoje habitam a região serrana de Pernambuco.

A perda do território, transferências de populações por grandes projetos estatais, o confinamento por conflitos, o colapso das condições de adaptação ao semi-árido, o progressivo esgotamento dos solos, a devastação dos recursos naturais implicam em perdas do patrimônio cultural, do interesse grupal, configurando o problema da fome e carência alimentar que domina o cotidiano dessas populações.

Atualmente na Bacia, dos 28 territórios indígenas existentes, somente 7 deles estão totalmente regularizados. Os outros 21 territórios estão em processo de demarcação ou de retirada de invasores, mas são territórios que não estão ainda plenamente assegurados.

A proposta para realização da Plenária dos Povos Indígenas da Bacia do Rio São Francisco buscou contemplar as diferentes situações desses povos quanto às suas formas próprias de organização e distribuição nos territórios, e contou com a participação de representantes de 24 dos 26 povos dos diferentes estados da Bacia.

3. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CBH-SF

3.1. Avaliação da Metodologia

A mobilização social para instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco se constituiu num grande desafio, dada a dimensão, complexidade, diversidade de usos e de interesses que envolveu.

Mesmo com toda essa diversidade, o Comitê da Bacia deve constituir um organismo vivo e funcionar como espaço de articulação e negociação do conjunto dos interesses relacionados aos usos e gestão das águas na Bacia, investindo sistematicamente na expressão criativa dos atores sociais em questões que interessam à população.

A mobilização para instalação de um comitê é um momento privilegiado desse processo, pois estimula e direciona a participação pública, ao se anunciar e convidar a sociedade para efetuar um pacto pela gestão do rio. A força do simbolismo desse pacto que se atualiza permanentemente, a cada decisão tomada, a cada medida levada a efeito pelo Comitê.

• O processo vivido: conquistas

A mobilização social para a instalação do CBH-SF atingiu resultados significativos, envolvendo numerosos representantes dos segmentos sociais da Bacia, cumprindo grande parte das metas previstas, e alcançando os resultados previstos em cada etapa. Dentre os resultados mais importantes, destacam-se:

- realização de 39 Encontros Regionais, atingindo um público de aproximadamente 6.000 pessoas representativas de todos os segmentos sociais da Bacia;
- acolhimento de 1.306 pedidos de inscrição, sendo 900 usuários e 406 entidades da sociedade civil organizada, em condições de participar do processo de eleição dos representantes desses segmentos no Comitê;
- realização de 27 Plenárias Estaduais que contaram com a participação de 940 dos 1.306 habilitados ao processo eleitoral;
- realização da Plenária dos Povos Indígenas, única plenária realizada no âmbito de toda Bacia, e que contou com a participação de 24 dos 26 povos de diferente estados da Bacia;
- discussão dos problemas, demandas e proposições da sociedade sanfranciscana, que representou um passo firme na construção de uma nova prática de participação na gestão de seus recursos hídricos; e
- envolvimento da maioria dos órgãos gestores estaduais e de instituições da sociedade civil como parceiras desse processo, também empenhadas na construção dessa nova prática de gestão dos recursos hídricos.

• O processo vivido: ainda a conquistar

Em que pesem as importantes e significativas conquistas do processo de mobilização, conquistas que ganham especial relevância diante da dimensão da tarefa e do curto prazo para execução do trabalho, vários impasses se apresentaram.

- Ausência de um **mapeamento** institucional, organizacional e de usuários que de fato orientasse o processo de mobilização e as deliberações da Diretoria Provisória quanto à composição do comitê;
- Instrumento fundamental do processo de mobilização, o **plano de comunicação** não se concretizou no processo de instalação do CBH-SF;
- O modelo de **execução via ONG**, se por um lado garantiu agilidade, criatividade e menor rigidez na realização das ações, suscitou, por outro lado, alguns impasses decorrentes da indefinição do papel do executor e suas interações com a ANA enquanto coordenadora do processo, com os órgãos gestores estaduais e demais segmentos da sociedade no processo de mobilização;
- Ainda com as dificuldades advindas da excessiva pressão dos prazos determinados para formação do Comitê, o processo conteve um elemento-chave para a motivação da população não inteiramente explorado: a **possibilidade concreta de participar** não apenas para legitimar um processo pré definido, mas para discutir, validar e influir de fato na tomada de decisões.

3.2 Análise e Avaliação dos Instrumentos Normativos do Processo

Alguns problemas referentes à parte normativa merecem ser objetos de reflexão para que possam servir de experiência acumulada para a formação de futuros comitês federais ou estaduais, especialmente:

- Os reflexos da normatização sobre a atuação da Diretoria Provisória;
- A habilitação dos participantes para concorrerem às vagas do CBH-SF;
- Aspectos relevantes da elaboração do Regimento Interno; e
- A normatização e seus reflexos na realização das plenárias.

Quanto à **atuação dos membros da Diretoria Provisória**, constatou-se que, para alguns deles, o fato de terem participado da elaboração dos instrumentos normativos que orientaram a formação do CBH-SF, naturalmente trouxe vantagens para as instituições ou categorias que representavam.

Mesmo com o cuidado da Diretoria Provisória de vetar a coordenação das plenárias estaduais para os membros ligados ao segmento objeto da plenária, seria inevitável que os membros da Diretoria Provisória estivessem mais articulados, de modo a definir melhor a estratégia de atuação de suas entidades, fossem elas do segmento de usuários ou da sociedade civil.

Esse detalhe vem evidenciar a necessidade de adequação dos prazos legais para a formação de comitês de bacia hidrográfica, já que em razão do curto espaço de tempo em que se desenvolveu o processo de mobilização e de eleição, não foi possível nivelar as informações entre todos que se habilitaram para o processo.

Na **habilitação dos participantes para concorrerem às vagas do CBH-SF**, ainda que registrados os avanços alcançados no processo, existiram problemas ao se admitir a participação de pessoas físicas com o mesmo peso das pessoas jurídicas.

Esse tratamento igualitário entre a pessoa física e a pessoa jurídica se deu uma vez que foram alegadas questões de ordem constitucional com base no disposto no inciso XX do art. 5º. da Constituição Federal de 1988, que textualmente assim se expressa “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado”.

Assim, alguns dos “grandes” usuários ficaram fora do CBH-SF ou ocuparam as vagas na suplência por que eram numericamente inferiores entre os inscritos no processo eleitoral. Além dessa desproporção, durante as plenárias estaduais nem sempre ficava evidenciada nas discussões sobre os critérios para candidatura a membro do Comitê, a importância da participação dos grandes usuários na composição de um Comitê forte e representativo.

Pondera-se que esse mandamento constitucional não se aplica literalmente ao caso em questão e, assim, será necessário cuidar para que não ocorra a falsa homogeneização entre pessoas físicas e pessoas jurídicas, quando se tratar de bacias hidrográficas do porte da Bacia do São Francisco.

Quanto à **elaboração do Regimento Interno**, os problemas foram relativos à sua disponibilização para sugestões dos participantes do processo de formação do Comitê, uma vez que parte desse Regimento não poderia ser alterada, por decisão da Diretoria Provisória: a composição foi tratada como matéria vencida pela Diretoria.

Essa posição deveria ter sido informada com antecedência, pois várias pessoas apresentaram propostas de alteração de sua composição e sequer foram apreciadas. Isso se constituiu em motivo de crítica nas plenárias uma vez que foram apresentadas propostas “inúteis”, que demandaram tempo das pessoas que tiveram a intenção de contribuir ou tentaram legitimamente defender interesses setoriais.

Quanto aos **impactos da normatização no desenvolvimento das plenárias estaduais** alguns aspectos merecem uma apreciação maior, por conta da necessidade de assegurar uma homogeneidade mínima nas ações desenvolvidas nos 7 estados da Bacia.

Os problemas passaram a existir no momento em que se decidiu por uma plena uniformidade do processo de eleição em todos os estados da Bacia, razão pela qual foram detalhadamente definidos os procedimentos, dificultando, assim, as mais variadas formas de escolha entre os que participavam do processo eletivo.

3.3. Avaliação do Processo Eleitoral

Muito embora o paradoxo que possa representar, uma das riquezas da experiência de formação do CBH-SF está exatamente no conjunto das diversidades presentes na Bacia. Em todo processo de mobilização e escolha dos membros do Comitê, cada estado formador da Bacia apresentou um conjunto diferenciado de situações e demandas aos atores do processo, com reflexos nos resultados finais de formação do Comitê.

- **No Estado de Alagoas**

Em Alagoas, nas etapas de mobilização, inscrições e habilitações dos interessados em participar do processo eletivo para o CBH-SF, foram intensificados os contatos com as organizações locais, no sentido de mobilizar o maior número possível de interessados para

participar do processo eleitoral. Esse esforço resultou no recebimento de 145 pedidos de inscrição em todo o estado, abrangendo organizações da sociedade civil e usuários, foco maior do processo de mobilização nos municípios.

Quadro 5. Habilitações e Participações em Plenárias - Alagoas

Segmento	Habilitadas	Presentes na Plenária
USUÁRIOS		
Irrigação/agropecuária	24	13
Pesca, turismo e lazer	6	6
Abastecimento urbano	2	2
Indústria e mineração	--	--
Hidroviário	--	--
Total de Usuários	32	21
SOCIEDADE CIVIL		
Organizações não governamentais	45	35
Instituições de ensino e pesquisa	3	3
Total da Sociedade Civil	48	38
Total Geral	80	59

Ao final do processo foram realizadas cinco Plenárias Estaduais para eleição dos membros do Comitê. Alagoas compartilhou com o Estado de Sergipe a vaga destinada ao representante do segmento de usuário na categoria **irrigantes e uso agropecuário** (com a titularidade para Sergipe e a suplência para Alagoas) e a vaga na categoria **pesca, turismo e lazer** (com a titularidade para o representante de Alagoas e Sergipe com a suplência).

Ao todo, o Estado de Alagoas conta com 6 representantes titulares e 6 suplentes no Comitê, sendo:

- segmento de usuários: 2 titulares e 2 suplentes;
- segmento da sociedade civil organizada: 2 titulares e 2 suplentes;
- poder público municipal: 1 titular e 1 suplente;
- poder público estadual: 1 titular e 1 suplente.

• **No Estado da Bahia**

Os frutos dos trabalhos da Comissão de Coordenação do Estado da Bahia foram obtidos nos resultados das inscrições habilitadas e não habilitadas no estado, para os segmentos de usuários e sociedade civil organizada.

Passaram pela análise dessa Comissão 397 requerimentos para habilitação a participação no processo eleitoral, conforme quadro abaixo, representando aproximadamente 30% dos pleitos de toda a Bacia.

Quadro 6. Habilitações e Participações em Plenárias - Bahia

Segmento	Habilitadas	Presentes na Plenária
USUÁRIOS		
Irrigação/agropecuária	158	88
Pesca, turismo e lazer	20	16
Abastecimento urbano	11	7
Indústria e mineração	12	2
Hidroviário	4	1
Total de Usuários	205	114
SOCIEDADE CIVIL		
Organizações não governamentais	98	62
Instituições de ensino e pesquisa	7	4
Consórcios Municipais e Associações de Usuários	11	6
Total da Sociedade Civil	116	72
Total Geral	321	186

Ao final do processo, foram realizadas sete Plenárias Estaduais para eleição dos membros do CBH-SF pelo Estado da Bahia, que conta com 12 representantes titulares e 12 suplentes no Comitê, sendo:

- usuários: 6 titulares e 6 suplentes;
- organizações civis: 3 titulares e 3 suplentes;
- poder público municipal: 2 titulares e 2 suplentes;
- poder público estadual: 1 titular e 1 suplente.

• No Estado de Minas Gerais

O processo de formação do CBH-SF no Estado de Minas Gerais contou com a participação dos comitês de bacia e com os consórcios de municípios de bacia hidrográfica já constituídos, o que significou um diferencial no conjunto das ações desenvolvidas na Bacia.

No caso específico da região do Alto São Francisco, embora com a participação de mobilizadores regionais que receberam a mesma preparação e treinamento dados pelo IMAN, os trabalhos foram conduzidos basicamente pelos comitês de bacia já constituídos. O processo, contudo, não foi modificado em sua concepção e estrutura, o que significa dizer que os procedimentos determinados pela Diretoria Provisória foram observados nos trabalhos realizados nessa região.

Não se pode deixar de registrar as dificuldades enfrentadas por conta da insuficiente participação do IGAM, órgão gestor dos recursos hídricos do Estado de Minas Gerais, no processo de formação do Comitê, diante da magnitude que representa a formação do CBH-SF para o Estado de Minas Gerais.

Quadro 7. Habilitações e Participações em Plenárias – Minas Gerais

Segmento	Habilitadas	Presentes na Plenária
USUÁRIOS		
Irrigação/agropecuária	429	252
Pesca, turismo e lazer	128	101
Abastecimento urbano	10	8
Indústria e mineração	18	15
Hidroviário	--	--
Total de Usuários	585	376
SOCIEDADE CIVIL		
Organizações não governamentais	112	55
Instituições de ensino e pesquisa	9	7
Consórcios Municipais e Associações de Usuários	16	14
Total da Sociedade Civil	137	76
Total Geral	722	452

Ao final do processo, foram realizadas as seis Plenárias Estaduais para eleição dos membros do estado para o CBH-SF e, ao todo, o Estado de Minas Gerais conta com 19 representantes titulares e 19 suplentes no Comitê, sendo:

- usuários: 9 titulares e 9 suplentes;
- organizações civis: 6 titulares e 6 suplentes;
- poder público municipal: 3 titulares e 3 suplentes;
- poder público estadual: 1 titular e 1 suplente.

• No Estado de Pernambuco

O estado de Pernambuco teve um processo bastante orientado para a qualidade da representatividade nas participações na formação do CBH-SF, promovendo a permanente discussão com as entidades interessadas em participar do CBH-SF, para otimizar e amadurecer o processo no estado. Isso representa dizer que os trabalhos de mobilização, desde a fase de mapeamento até os encontros regionais, resultaram num universo bastante seletivo de inscrições habilitadas.

Não se pode afirmar que tal condução possa representar um diferencial de qualidade sobre os trabalhos dos demais estados mas, sem dúvida, representou uma condução mais objetiva do projeto de formação do CBH-SF. Como resultado dessa condução, as inscrições e participações nas plenárias realizadas no Estado tiveram a seguinte conformação:

Quadro 8. Habilitações e Participações em Plenárias - Pernambuco

Segmento	Habilitadas	Presentes na Plenária
USUÁRIOS		
Irrigação/agropecuária	45	33
Pesca, turismo e lazer	--	--
Abastecimento urbano	--	--
Indústria e mineração	2	2
Hidroviário	1	1
Total de Usuários	48	36
SOCIEDADE CIVIL		
Organizações não governamentais	12	9
Instituições de ensino e pesquisa	4	4
Total da Sociedade Civil	16	13
Total Geral	64	49

Ao final do processo, foram realizadas cinco Plenárias Estaduais para eleição dos membros que representarão o Estado de Pernambuco no CBH-SF. Ao todo, Pernambuco conta com 8 representantes titulares e 8 suplentes no Comitê, sendo:

- usuários: 4 titulares e 4 suplentes;
- organizações civis: 2 titulares e 2 suplentes;
- poder público municipal: 1 titular e 1 suplente;
- poder público estadual: 1 titular e 1 suplente.

• No Estado de Sergipe

O processo de formação do CBH-SF em Sergipe foi caracterizado pelo forte acento na etapa de mobilização, sobre as associações de usuários e de organizações comunitárias da zona rural, tendo como reflexo a maior presença desse segmento tanto nos encontros regionais como nas plenárias estaduais.

Esse maior peso do setor agropecuário se deu pelo perfil da equipe de mobilizadores, com maior experiência com trabalhos em comunidades rurais e exigiu uma articulação de outras organizações da sociedade civil, por exemplo, o Movimento de Defesa do Rio São Francisco, ampliando o leque de participações nesse processo.

Grande parte do sucesso dos trabalhos realizados em de Sergipe para formação do CBH-SF, deve ser atribuído ao forte envolvimento e participação da equipe da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado em todas as etapas desse processo de instalação do Comitê.

Quadro 9. Habilitações e Participações em Plenárias - Sergipe

Segmento	Habilitadas	Presentes na Plenária
USUÁRIOS		
Irrigação/agropecuária	21	9
Pesca, turismo e lazer	7	4
Abastecimento urbano	2	2
Indústria e mineração	1	--
Hidroviário	--	--
Total de Usuários	30	15
SOCIEDADE CIVIL		
Organizações não governamentais	85	47
Instituições de ensino e pesquisa	4	4
Total da Sociedade Civil	89	51
Total Geral	119	66

Ao final do processo, foram realizadas cinco Plenárias Estaduais para eleição dos membros do Estado de Sergipe para o CBH-SF, que conta com 6 representantes titulares e 6 suplentes no Comitê, sendo:

- usuários: 2 titulares e 2 suplentes;
- organizações civis: 2 titulares e 2 suplentes;
- poder público municipal: 1 titular e 1 suplente;
- poder público estadual: 1 titular e 1 suplente.

• **No Estado de Goiás e no Distrito Federal**

O Estado de Goiás e o Distrito Federal não exigiram a realização desta etapa de eleição no processo de formação do CBH-SF, uma vez que na definição da composição do Comitê, a Diretoria Provisória definiu a participação dessas unidades federadas apenas com representantes do governo estadual e distrital.

• **As Plenárias Estaduais do Poder Público Municipal**

Muito embora as dificuldades decorrentes do fato de o ponto máximo do processo de formação do CBH-SF coincidir com o ponto máximo das eleições estaduais e federais no país, a avaliação que se pode fazer é de uma participação ainda satisfatória dos prefeitos da Bahia.

Quadro 10. Participações em Plenárias do Poder Público Municipal

Estado	Municípios na Bahia	Presentes na Plenária	Percentual de participação
Alagoas	49	18	37%
Bahia	115	20	18%
Distrito Federal	1	--	--
Goiás	3	--	--
Minas Gerais	240	69	29%
Pernambuco	69	13	19%
Sergipe	27	6	23%
Total	504	126	25%

Como indicador de participação dos prefeitos municipais da Bacia no processo de formação do Comitê, tem-se um contingente de 25% dos 504 municípios, o que sugere uma participação suficiente para qualificar este segmento, ainda mais quando apreciada à luz das dificuldades provenientes do momento eleitoral com que competiu.

- **A Plenária dos Povos Indígenas**

O tratamento da questão indígena na fase de mobilização foi prejudicado pelo desconhecimento do significado e da real dimensão da presença indígena na Bacia, em grande parte pela estratégia adotada no mapeamento e mobilização dos segmentos e instituições.

Inicialmente a participação dos povos indígenas foi tratada como parte integrante do processo mais geral de mobilização para os encontros regionais e os contatos com os povos e aldeias funcionou de forma aleatória. Essa orientação inicial precisou ser reformulada, dando origem ao planejamento de uma plenária para todos os povos indígenas da Bacia, que foi realizada em Paulo Afonso- BA no final do mês de setembro.

Nesse novo trabalho de mobilização, foi decisiva a participação e colaboração de instituições indigenista como a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo-APOINME e a Associação Nacional de Ação Indigenista-ANAÍ. Assim, identificou-se a existência de 26 povos indígenas na Bacia, distribuída em 28 territórios, com uma população de cerca de 50 mil pessoas.



Foto 5. Reunião de Trabalho da Plenária dos Povos Indígenas, Paulo Afonso-MG

Ao final, a plenária dos povos Indígenas contou com a participação de 42 dos 52 representantes esperados, um indicador de que a mobilização alcançou grande representatividade das lideranças indígenas. Foram eleitos um representante titular (Povo Truká, Ilha de Assunção no município de Cabrobó, Pernambuco, da região do Sub Médio São Francisco) e um suplente (Povo Kariri-Xocó, Porto Real do Colégio, Alagoas, da região do baixo São Francisco).

4. A POSSE DOS MEMBROS E A PRIMEIRA DIRETORIA DO CBH-SF

Em cumprimento ao calendário definido pela Diretoria Provisória em sua reunião de novembro de 2002, os membros eleitos e indicados para o CBH-SF tiveram sua posse programada para os dias 12 e 13 de dezembro de 2002, ocasião em que deveria ser eleita a sua primeira Diretoria.



Foto 6. Reunião de Posse dos Membros do CBH-SF, Brasília-DF

De fato, a posse dos membros eleitos e dos membros indicados pelos governos estaduais e governo federal presentes na solenidade ocorreu na data prevista, em Brasília.

Contrariando as expectativas de que nessa mesma ocasião seria realizada a eleição da primeira diretoria do CBH-SF, o pouco conhecimento entre os membros do Comitê e o momento de transição no governo federal e na maioria dos governos dos estados que compõem a Bacia levaram ao adiamento da eleição da primeira Diretoria para o mês de fevereiro de 2003.

Ainda como uma decisão vinculada ao adiamento, a plenária da reunião de posse do CBH-SF entendeu que ainda seria de responsabilidade da Diretoria Provisória, a condução do processo de eleição e posse da primeira Diretoria do Comitê.

- **A primeira agenda do CBH-SF**

A plenária da reunião de posse do CBH-SF decidiu por uma primeira agenda de trabalho que contempla a justificada preocupação da maioria dos membros da Diretoria Provisória, de iniciar um processo de formação e nivelamento dos membros do CBH-SF em matérias como Política Nacional de Recursos Hídricos, gestão participativa, ações prioritárias na Bacia, projetos em andamento e, principalmente, deveres e compromissos dos membros do Comitê.

Os trabalhos dessa agenda inicial deverão iniciar já em fevereiro de 2003, com a preparação e realização de uma oficina para os membros do CBH-SF com duração aproximada de 3 dias, ocasião em que também deverá ocorrer a eleição de sua primeira Diretoria.

Quadro 11. Membros titulares e suplentes empossados no CBH-SF

SEGMENTO: USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS

USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS – ABASTECIMENTO E SANEAMENTO

TITULAR	Doris Aparecida Garisto Lins	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE	MG
Suplente	Janeir Soares Barbosa	Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE	MG
TITULAR	Valter Vilela Cunha	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	MG
Suplente	José Márcio Vieira Dias	Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE	MG
TITULAR	Antonio Fonseca Fraga	Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE	BA
Suplente	Jessé Motta Carvalho Filho	Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA	BA
TITULAR	Guilherme Tavares	Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	PE
Suplente	Fábio Henrique S de Oliveira	Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	PE
TITULAR	Maria de Fátima A de Castro	Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento do Estado de Alagoas - CASAL	AL
Suplente	Sérgio Barbosa Anjos Correia	Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE	AL
TITULAR	Roberto Leite	Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO	SE
Suplente	Antônio Inácio Sobral Neto	Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAECAP	SE

USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS - INDÚSTRIA E MINERAÇÃO

TITULAR	Wagner Soares Costa	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG	MG
Suplente	Nestor Coelho de Santanna	VALLÉE S/A	MG
TITULAR	Edimárcio Araújo Prudente	Companhia Mineira de Metais - CMM	MG
Suplente	Ricardo Castilho	Sindicato das Indústrias Extrativas de Ouro - SINDIEXTRA	MG
TITULAR	Dalton Soares de Figueiredo	Ligas de Alumínio S/A - LIASA	
Suplente	Geraldo Mariano da Silva	Italmagnésio Nordeste S/A	
TITULAR	Milton Eduino Saueressig	América S. A Frutas e Alimentos	
Suplente	Antônio Raymundo D Ramiro	Curtume Campelo S/A	
TITULAR	Rafael Araújo Souza Coelho	Curtume Moderno S/A	
Suplente	Rossana Wesbter C Trajano	Sindicato das Indústrias de Gesso e Materiais não-metálicos	

USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS - IRRIGAÇÃO E USO AGROPECUÁRIO

TITULAR	Carlos Antônio Landi Pereira	Distrito de Irrigação de Jaíba	MG
Suplente	Vicente de Paula Pereira Silva	Frutivale - Distrito de Irrigação - Gorutuba	MG
TITULAR	Carlos Alberto S Oliveira	Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG	MG
Suplente	Paulo Ossamu Kudo	Sindicato Rural de Pirapora	MG
TITULAR	Cláudio Roberto O Vasconcellos	Agropecuária Grande Oeste Ltda - AGOL	
Suplente	Antônio Batista de França	Cooperativa Agrícola de Irrigação e do Projeto de Ceraíma - COOPERC	
TITULAR	Geraldo Cabral da Silva	Associação dos Produtores Rurais de Sento Sé	BA

Suplente	Antônio Lourenço da Silva	Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais do Vale do Itaguari	BA
TITULAR	Rômulo Leão da Silva	Associação Rural da Fazenda Barra	PE
Suplente	João Leonel da Silva	Associação de Desenvolvimento Santa Quitéria - Sítio Estreito	PE
TITULAR	João Hildebrando Britto Neto	Distrito de Irrigação Perímetro Cotinguiba/Pindoba	SE
Suplente	Maria Ângela Nascimento Santos	Associação Comunitária do Sítio Salgado do Lino	AL

USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS - SETOR HIDROVIÁRIO

TITULAR	Antonio Laurindo dos Santos	Associação dos Barqueiros da Ilha do Rodeador	BA
Suplente	Gersino Ferreira Batista	Balsa Britania	BA
TITULAR	Francisco Carlos Trevisan Alberti	COMTRAP LTDA	PE
Suplente	Gilvan Pereira de Melo	Federação dos Pescadores de Pernambuco	PE

USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS - PESCA, TURISMO E LAZER

TITULAR	Raimundo Ferreira Marques	Federação dos Pescadores Profissionais do Estado de Minas Gerais	MG
Suplente	Milton Ribeiro Neves	Colônia dos Pescadores Z 2	MG
TITULAR	Pedro Alves da Costa	Colônia de Pescadores Artesanais - Z-41 - Remanso	BA
Suplente	José Noá dos Santos Pereira	Associação de Pescadores Profissionais Amigos do Vale do Rio Grande - ASPAVARG	BA
TITULAR	Antônio Gomes dos Santos	Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas	AL
Suplente	Evaldo Soares Silveira	Associação de Pescadores de Saúde	SE

USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS - HIDROELETRICIDADE

TITULAR	Paulo de Tarso da Costa	Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF	
Suplente	Sandra Neusa Marchesini Ferreira	Companhia Energética da Bahia - COELBA	BA
TITULAR	Aelton Marques de Faria	Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	MG
Suplente	(a ser indicado)	Associação de Representantes de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs	MG

SEGMENTO: SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES INTER-MUNICIPAIS OU ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS

TITULAR	Nilson Pereira de Lima	Associação de Trabalhadores e Pequenos Produtores Rurais de Buriti Grande	MG
Suplente	Clóvis Tamekuni	Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba - COOPADAP	MG
TITULAR	Adinael Freire da Silva	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre	BA
Suplente	Valdemar Borges Vieira Júnior	União das Associações dos Perímetros das Barragens Sucessivas do Vale do Salitre – UAVS	BA

ORGANIZAÇÕES TÉCNICAS DE ENSINO E PESQUISA

TITULAR	Márcio Tadeu Pedrosa	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES	MG
Suplente	Francisco de Assis Braga	Fundação Educacional de Divinópolis - FUNEDI	MG
TITULAR	Clarismar de Oliveira Campos	Universidade do Estado da Bahia - UNEB	BA

Suplente	Yvonilde Dantas Pinto Medeiros	Universidade Federal da Bahia – UFBA	BA
TITULAR	José Almir Cirilo	ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos - PE	PE
Suplente	Serliete de Carvalho Mendes	Autarquia Educacional do Araripe – AEDA	PE
TITULAR	Valmir Albuquerque Pedrosa	Universidade Federal de Alagoas	AL
Suplente	Vicentina Dalva Lyra de Castro	Fundação Municipal de Ação e Formação Cultural - FUTAG	AL
TITULAR	Luiz Carlos da Silveira Fontes	Universidade Federal de Sergipe	SE
Suplente	Paulo Mário Machado Araújo	Universidade Tiradentes – UNIT	SE

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

TITULAR	Letícia Fernandes Malloy Diniz	Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas (Projeto Manuelzão)	MG
Suplente	Silvio França Linhares	Associação de Desenvolvimento Ambiental - ADESA	MG
TITULAR	Rodrigo Vargas	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Paracatu	MG
Suplente	Vilson Luiz da Silva	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG	MG
TITULAR	Ilmar Bastos Santos	Fundação Bio-diversitas	MG
Suplente	Lúcia Pulchério Lopes	Movimento Ecológico Seiva da Terra / Renovação da Vida	MG
TITULAR	Francisco Mourão	AMDA - Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente	MG
Suplente	Queucer Nezio Ferreira	Organização dos Advogados do Brasil - OAB de Ouro Branco	MG
TITULAR	Edison Ribeiro dos Santos	Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco – FUNDIFRAN	
Suplente	Anelito Pereira da Silva	Sindicato dos Trabalhadores de Coribe	
TITULAR	Afonso Cavalcanti Fernandes	Diaconia - Sociedade Civil de Ação Social	PE
Suplente	Maria Brígida Ferreira	Conselho Popular de Petrolina	PE
TITULAR	Pedro Lúcio Rocha	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pão de Açúcar	
Suplente	Cícero Gerônimo Neres	Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes – COPPABACS	
TITULAR	Mario Rino Sivieri	Movimento de Educação de Base – MEB	
Suplente	Osiris Ashton Vital Brasil	Sociedade Sócia Ambiental do Baixo São Francisco Canoa de Tolda	

COMUNIDADES INDÍGENAS

TITULAR	Ailson do Santos	Povo Truká	PE
Suplente	José Nunes de Oliveira	Povo Kariri - Xocó	AL

SEGMENTO: PODER PÚBLICO

PODER PÚBLICO MUNICIPAL

TITULAR	Cairo Manoel de Oliveira	Prefeitura de São Roque de Minas	MG
Suplente	Edson de Souza Vilela	Prefeitura de Carmo do Cajuru	MG
TITULAR	Ronaldo Mota Dias	Prefeitura Municipal de São João da Lagoa	MG
Suplente	José Ferreira de Paula	Prefeitura Municipal de Itacarambi	MG
TITULAR	Geraldo da Silva	Prefeitura de Três Marias	MG
Suplente	Leônidas Gregório de Almeida	Prefeitura Municipal de Pirapora	MG
TITULAR	Roberval Alves de Souza	Prefeitura Municipal de Ibotirama	BA

Suplente	Oziel Alves Oliveira	Prefeitura Municipal de Luiz Eduardo Magalhães	BA
TITULAR	Joseph Wallace Bandeira	Prefeitura Municipal de Juazeiro	BA
Suplente	Juvenilson Passos dos Santos	Prefeitura Municipal de Sento Sé	BA
TITULAR	Cleuza Pereira do Nascimento	Prefeitura Municipal de Salgueiro	PE
Suplente	Rogério Júnio M Gomes	Prefeitura de Santa Maria da Boa Vista	PE
TITULAR	Inácio Loiola Damasceno Freitas	Prefeitura de Piranhas	AL
Suplente	Jorge da Silva Dantas	Prefeitura de Pão de Açúcar	AL
TITULAR	Frei Enoque Salvador de Melo	Prefeitura de Poço Redondo	SE
Suplente	José Júlio Nunes de Santana Gomes	Prefeitura de Porto da Folha	SE

PODER PÚBLICO ESTADUAL

TITULAR	Aloísio de Sá Ferraz	Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco	PE
Suplente	Edgar Granja Bezerra	Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco	PE
TITULAR	Marcos Fernando Carneiro Carnaúba	Secretaria de Recursos Hídricos e Irrigação do Estado de Alagoas	AL
Suplente	Maurício José Pedrosa Malta	Secretário Adjunto de Recursos Hídricos	AL
TITULAR	Ailton Francisco da Rocha	Superintendência de Recursos Hídricos-SEPLANTEC	SE
Suplente	José Holanda Neto	Superintendência de Recursos Hídricos	SE
TITULAR	Maria de Fátima Chagas Dias Coelho	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	MG
Suplente	Célia Maria Brandão Fróes	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	MG
TITULAR	Carlos Antônio Silva	Secretaria de Meio Ambiente de Recursos Hídricos e da Habitação	GO
Suplente	Harlen Inácio dos Santos	Superintendência de Recursos Hídricos	GO
TITULAR	Roberto Moussallem Andrade	Secretaria de Infra-Estrutura	BA
Suplente	José Francisco Carvalho Neto	Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia	BA
TITULAR	José Aparecido Torsani	Secretaria de Recursos Hídricos	DF
Suplente	Adriana Niemeyer Pires Ferreira	Técnica da Secretaria de Recursos Hídricos	DF

PODER PÚBLICO FEDERAL

TITULAR	Carlos Hermínio Aguiar Oliveira	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF
Suplente	Edson Zorzim	Ministério da Integração Nacional
TITULAR	Domingos do Carmo Carvalho	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
Suplente	Gualter de Carvalho Mendes	Ministério de Minas e Energia
TITULAR	Luis Gustavo Vieira Martins	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Suplente	(a ser indicado)	Ministério dos Transportes
TITULAR	Wagner Pereira Sena	Fundação Nacional do Índio - Funai
Suplente	Moacir Santos	Fundação Nacional do Índio - Funai
TITULAR	Dilma Seli Pena Pereira	Agência Nacional de Águas - ANA
Suplente	(a ser indicado)	Ministério do Meio Ambiente

5. CONCLUSÕES

A vivência possibilitada pela participação ativa e crítica no processo de formação do CBH-SF permite aos consultores dos Sub-projetos 3.4 - Apoio à Criação e 3.5 - Apoio ao Fortalecimento do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, a formulação das seguintes conclusões:

- **Os resultados do processo de formação do CBH-SF**

O processo de formação do CBH-SF atingiu resultados significativos, envolvendo numerosos representantes dos segmentos sociais da Bacia, cumprindo grande parte das metas e alcançando os resultados previstos em cada etapa. Foram 39 encontros regionais envolvendo quase 6.000 participantes em toda Bacia, 27 plenárias estaduais com a presença de 940 das 1.306 inscrições habilitada e uma plenária para os 26 povos indígenas da Bacia.

- **A composição do CBH-SF reflete o quadro atual da Bacia**

O resultado do processo eleitoral reflete todas as ansiedades, expectativas, esperanças e descontentamentos de uma Bacia formada por mais de 500 municípios de 7 estados, que alcança a marca de 16 milhões de habitantes desigualmente distribuídos numa área de 640 mil km² e que abriga contrastes econômicos, desigualdades sociais, diversidades culturais e variações ambientais que, por certo, não são superadas por nenhuma outra bacia nacional.

- **As preocupações dos participantes na fase dos encontros regionais**

Emerge claramente desses encontros, a grande preocupação dos segmentos sociais com o estado de degradação do rio São Francisco e seus afluentes. Foram apontadas as principais questões de ordem sócio-ambiental, de infra-estrutura e de gestão.

- **O processo de construção da gestão participativa e integrada**

A mobilização social para instalação do Comitê constituiu-se num grande desafio, dada a dimensão, complexidade, diversidade de usos e de interesses envolvidos. Esse desafio ganha especial relevância pela importância estratégica que terá o Comitê na transformação da realidade atual e pelo significado do rio São Francisco como fator de integração, produção, redistribuição de riquezas e desenvolvimento de toda a região.

As Câmaras Consultivas Regionais previstas no Regimento Interno do CBH-SF serão de muita importância para esse modelo de gestão, representando a possibilidade de manutenção do histórico espaço de participação conquistado pela sociedade que se fez presente nesse processo de formação do Comitê.

- **Os impactos da insuficiência do mapeamento institucional na Bacia, no CBH-SF**

O mapeamento das instituições e entidades presentes e atuantes na Bacia teria determinado maior qualidade à mobilização para participação no processo de formação do CBH-SF e um dos principais balizadores da Diretoria Provisória na definição do número e da distribuição de vagas para composição do Comitê, o que não ocorreu.

- **As improvisações e sobrecargas geradas pela falta de um plano de comunicação**

Na ausência de um plano articulado, as coordenações estaduais desenvolveram esforços adicionais durante todo processo de formação do Comitê, no sentido de garantir a divulgação dos eventos nas rádios locais, emissoras de televisão e órgãos de imprensa.

Mais notadamente, a falta de um Plano de Comunicação foi sentida na fase de mobilização para os Encontros Regionais e no momento da realização desses encontros.

- **Metodologia e modelo de execução: cooperação e parcerias**

O modelo adotado de execução via ONG, se por um lado garantiu agilidade, criatividade e menor rigidez na realização das ações, suscitou, por outro lado, alguns impasses decorrentes da indefinição do papel do executor e suas interações com a ANA, com os órgãos gestores estaduais e demais segmentos da sociedade.

- **A qualidade das presenças nos encontros regionais e nas plenárias estaduais**

Os trabalhos realizados junto às prefeituras, usuários e organizações da sociedade civil, ainda com as deficiências no mapeamento institucional, na comunicação e nas articulações promovidas pelas equipes de mobilização, dão conta de que a sociedade sanfranciscana está definitivamente envolvida e presente na construção desse novo modelo de gestão dos recursos hídricos de sua bacia hidrográfica, muito embora as diferentes motivações e conflituosos interesses que possam estar representados.

Na etapa dos encontros regionais, a grande maioria dos participantes pertencia a instituições da sociedade civil, representando cerca de 53% dos participantes. Os usuários representaram aproximadamente 19% dos participantes e os membros do poder público, nas esferas municipal, estadual e federal, representaram 28% do total de participantes nos encontros.

As plenárias estaduais mostram mudanças quanto à qualidade da participação observada nos encontros regionais. O que se observou nas plenárias estaduais foi uma participação de 30% de organizações da sociedade civil, 57% de usuários e 13% de poder público municipal.

- **Os desafios da construção e aperfeiçoamento de uma proposta metodológica**

Embora todas as lições proporcionadas pela experiência, o processo vivido suscita e desafia a necessidade de repensar visões e de aperfeiçoar continuamente a metodologia praticada. É necessário avançar no planejamento, pactuando com os estados e a sociedade o envolvimento de um conjunto representativo dos atores com atuação na região, formando e agregando o capital social na construção de uma nova cultura sobre as águas.

- **As condições naturalmente favoráveis para os membros da Diretoria Provisória**

Para alguns dos membros da Diretoria Provisória, o fato de participarem da elaboração dos instrumentos normativos que nortearam o processo de formação do CBH-SF, naturalmente trouxe vantagens para as instituições ou categorias representavam, fossem elas do segmento de usuários ou da sociedade civil organizada.

Ainda com os cuidados da Diretoria Provisória nessa questão, esse detalhe vem evidenciar a necessidade de adequação dos prazos legais para a formação de comitês de bacia hidrográfica, já que em razão do curto espaço de tempo em que se desenvolveu o processo de mobilização e de eleição, não foi possível nivelar as informações entre todos que se habilitaram para o processo.

- **A necessidade de fortalecimento do CBH-SF pela adequação do arcabouço legal**

A organização de uma base legal aplicada na regulamentação da gestão de recursos hídricos, está apenas em sua fase inicial. O desenvolvimento da Política Nacional de

Recursos Hídricos, continuará exigindo instrumentos normativos para a gestão participativa e descentralizada de recursos hídricos, para o que a experiência de funcionamento do CBH-SF será decisiva e fortemente beneficiada.

Um aspecto que será merecedor de atenção será o receio de que não sejam respeitadas as competências constitucionais dos Estados no que tange aos mecanismos de gestão dos seus recursos hídricos, ou seja, o temor de que a União, especialmente a ANA, a título de zelar pela unicidade das ações na Bacia, possa invadir a competência dos Estados e dos comitês de bacias de seus afluentes.

- **A necessidade de clarificar as representações no CBH-SF**

No caso das definições sobre categorias de usuários, os resultados obtidos nas plenárias destes segmentos indicam que não faz sentido incluir numa mesma categoria, os usuários de pesca, turismo e lazer. Tais categorias possuem uma grande assimetria nas condições numéricas de representação e não sinalizam possibilidades de delegação da representatividade do ramo de pesca para o ramo do turismo, por exemplo.

Isso significa que o pressuposto de coesão e de composição de interesses com redução negociada de conflitos no uso da água, fica seriamente prejudicado. Merece reparo a Resolução N° 5/00 do CNRH, lembrando que essa decisão deverá decorrer da maior aproximação entre o CNRH e os comitês de bacia, já que cabe ao Conselho a normatização do assunto e aos comitês a aplicação dessa norma.

- **Ajustes necessários nas habilitações para concurso às vagas do CBH-SF**

Ainda na questão da representatividade, parece ser um equívoco admitir a participação de pessoas físicas com o mesmo peso de voto das pessoas jurídicas. Esse tratamento igualitário entre a pessoa física e a pessoa jurídica decorreu do entendimento na Diretoria Provisória sobre uma questão de ordem constitucional (inciso XX do art. 5° da Constituição Federal de 1988), onde *“ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado”*. Embora ainda não registre unanimidade quanto a esse entendimento, a Diretoria Provisória interpretou que a pessoa física poderia participar do processo eleitoral em condições de igualdade com entidades que congregam centenas de representados.

Isso pode provocar a pulverização dos representantes de si mesmos, enfraquecendo a legitimidade e a representatividade no processo de formação do Comitê, com a falsa homogeneização entre pessoas físicas e pessoas jurídicas.

- **A brechas legais para a dupla representação**

Outro importante problema de representatividade está na aceitação da inscrição e habilitação de representações de usuários (associações ou sindicatos de usuários) no segmento da sociedade civil organizada, o que representa uma brecha para a dupla representação. Esse problema parece estar amparado pelas disposições da legislação civil pátria, uma vez que esse tipo de entidade (associação de irrigantes, associação de pescadores, federações de indústria) se constitui em organismos civis, sem fins lucrativos.

- **A superação dos descompassos entre o arcabouço legal e a implantação do Comitê**

Algumas das exigências da Resolução N° 5/00 do CNRH constituem verdadeiros entraves à implementação do CBH-SF. No seu conteúdo, essa norma exigia que os representantes

dos usuários estivessem com a outorga de direito de uso da água plenamente vigente, para que pudessem participar como membros do Comitê.

A realidade da Bacia está ainda distante desse quadro de uso pleno da outorga e essa situação forçou uma solicitação formal ao CNRH para resolver o descompasso, abrindo mão da exigência nesse primeiro momento. Essa constitui uma evidência da necessidade de fortalecimento do CBH-SF pelo melhoramento e adequação do conjunto de normas e leis que regulamentam as diversas condições para seu funcionamento e que balizam o seu relacionamento com as instituições envolvidas na gestão dos recursos hídricos da Bacia.

- **Impactos relevantes do Regimento Interno sobre o processo**

Quanto aos impactos do Regimento Interno sobre o processo eleitoral, os problemas estão relacionados à forma e ao tempo dado para sugestões dos participantes do processo de formação do Comitê. A demora na definição da composição do CBH-SF e o curto prazo para recebimento de emendas fizeram com que partes importantes desse Regimento não contemplassem todas as alterações propostas, reduzindo as possibilidades de participação.

- **A definição da composição do Comitê e da decisão de estadualização das vagas**

A “estadualização” das vagas, para determinados segmentos/categorias, somente poderia ser definida após a realização do diagnóstico institucional da Bacia e após o conhecimento do volume de inscrições habilitadas. Essa conclusão se justifica na medida em que ocorreram distorções do seguinte tipo: grande quantidade de inscrições na categoria “organizações não governamentais” disputando pouquíssimas vagas, ao passo que outras dispunham de vagas para poucos habilitados.

Pode-se dizer que as vagas não estavam em consonância com o grau de participação dos diversos segmentos/categorias e que a experiência futura deverá observar formas de compatibilizar as possibilidades e os interesses de participação.

- **Alguns detalhes metodológicos que merecem atenção e aperfeiçoamento**

Na trajetória de aperfeiçoamento da metodologia aplicada na formação do CBH-SF, o termo “plenária” mostrou-se inadequado para os eventos do processo eletivo. Esse termo induz à idéia de tratar-se de uma reunião soberana e que, portanto, pode rever regras já definidas por meio da Deliberações da Diretoria Provisória, o que não corresponde à natureza desse evento.

O que se questiona é se as regras foram inadequadas ou se a plenária não tinha a noção do seu papel no processo? Na verdade, o processo deve assegurar a formação de um Comitê forte, com legitimidade na escolha dos representantes, entre seus pares. Nada mais do que isso.

- **A herança das questões importantes e não resolvidas dos povos indígenas**

O tratamento da questão indígena na fase de mobilização foi bastante prejudicado pelo insuficiente conhecimento da real dimensão da presença indígena na Bacia, em grande parte pelas deficiências da estratégia adotada no mapeamento e mobilização dos segmentos e instituições.

Foi necessária uma atenção especial para essa questão, já no final do processo eleitoral, quando foi possível identificar a existência de 26 povos indígenas na Bacia, distribuídos em 28 territórios, com uma população de cerca de 50 mil pessoas.

Sem nenhuma dúvida o CBH-SF será herdeiro das causas indígenas na Bacia, para o que poderá e deverá influir, sem poder ignorar o fato de que tais questões estão fortemente vinculadas às decisões ligadas ao uso e conservação dos recursos hídricos na Bacia. A perda do território, a transferências de populações por grandes projetos estatais, o confinamento por conflitos, o colapso das condições de adaptação ao semi-árido, o progressivo esgotamento dos solos e a devastação dos recursos naturais implicam em perdas do patrimônio cultural e do interesse grupal, configurando o problema da fome e carência alimentar que domina o cotidiano dessas populações.

Esse cenário das causas indígenas merecerão uma abordagem de muita clareza do Comitê sobre suas condições de responsabilidade e de influência para a consecução das soluções reclamadas. Para melhor caracterizar essa participação do CBH-SF nas questões indígenas, vale observar as razões apontadas pelos movimentos indigenistas como causas do surgimento ou agravamento dos problemas:

- os projetos na Bacia não consideram adequadamente a população e a cultura indígena, pois não beneficiam as comunidades e, até mesmo, ignoram sua presença na região;
- em geral, o acesso à água pelos povos indígenas é bastante dificultado, especialmente para aqueles situados em regiões críticas como na Bacia do Rio Moxotó;
- o modelo de desenvolvimento da Bacia provoca a destruição da economia e formas tradicionais de sobrevivência, gerando pauperização da população indígena;
- os povos indígenas ainda ressentem a ausência de uma política resolutiva para compensação das perdas de território em decorrência das construções de barragens.

6. RECOMENDAÇÕES

O momento atual do Projeto **GEF São Francisco** é extremamente representativo dentro do quadro das necessárias intervenções na Bacia. Todos **os sub-projetos apresentam seus relatórios finais, numa clara demonstração de sincronismo com o processo de formação do CBH-SF** e de sucesso com tantas ações de pesquisa, avaliação, proposições de estratégias futuras e pela importância que terão para amparar tecnicamente a atuação do Comitê.

Os documentos elaborados pelos consultores e coordenadores dos sub-projetos pretendem não apenas a realização de seus compromissos contratuais, mas principalmente oferecer o máximo de subsídios para a elaboração do Diagnóstico Analítico da Bacia (DAB) e para formulação do Programa de Gerenciamento Integrado (PGI) da Bacia do São Francisco.

Estes instrumentos **serão determinantes para que o CBH-SF possa apropriar-se da realidade ambiental, social, política e econômica da Bacia** e, assim, iniciar suas atividades na construção das respostas que dele se espera.

Os consultores dos Sub-projetos 3.4 - Apoio à Criação e 3.5 - Apoio ao Fortalecimento do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, formulam como recomendações finais desse relatório, **dois projetos organizados sobre o eixo do fortalecimento institucional para a**

auto-sustentação do CBH-SF e da responsabilidade em sistematizar essa experiência para aplicação em situações similares.

6.1. Fortalecimento Institucional e Capacidade Técnica e Operativa para Auto-Sustentação do CBH-SF

Uma vez vencida essa imensa tarefa de formação do CBH-SF, faz-se necessária a plena atenção ao seu funcionamento, por parte das instituições envolvidas na sua formação, das instituições que respondem pela implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos e, principalmente, das instituições que compõem o Comitê.

Essa atenção deverá estar voltada exclusivamente para as **condições necessárias ao funcionamento do CBH-SF, em bases que proporcionem cada vez mais a sua auto-sustentação, nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros.**

Isso implica, necessariamente, na **implantação e funcionamento de um escritório técnico para as funções executivas do CBH-SF**, que terá uma importante atuação na implantação dos instrumentos de gerenciamento dos recursos hídricos da Bacia do São Francisco. A instalação desse escritório técnico possibilitará **objetivar o funcionamento do Comitê**, até que seja alcançada a possibilidade de **implantação dos mecanismos de cobrança pelo uso da água** e, assim, de sua **Agência de Bacia**, que será **resultante de um complexo processo** a ser discutido e construído **já no funcionamento do Comitê.**

As ações compreendidas nessa recomendação estão sendo tratadas como partes integrantes de um novo e mais pertinente projeto de apoio ao fortalecimento do CBH-SF, desenvolvido no conjunto de suas **relações intersetoriais com todas as demais instituições intervenientes na Bacia e voltado para os problemas de interoperabilidade anunciados** já no processo de formação do Comitê.

Portanto, juntamente com um Programa de Gerenciamento Integrado (PGI), elaborado com toda excelência do Projeto GEF São Francisco e da ANA, há que se apoiar **a criação e funcionamento do escritório técnico para o fortalecimento institucional do CBH-SF, reunindo as condições necessárias para sua sustentação técnica, operativa e financeira**, na medida das ações que seguem.

6.1.1. Criação das condições para implantação futura de uma Agência de Bacia do CBH-SF

A criação e funcionamento de uma Agência de Bacia para o CBH-SF vai requerer a realização de esforços com grande acurácia nos aspectos de planejamento e implantação. A **gama de responsabilidades e atribuições que recaem sobre a Agência de Bacia do CBH-SF** - e que serão **elementos de sustentação ao funcionamento do Comitê** – pressupõem um conjunto de implementações anteriores à implantação da Agência, razão pela qual será necessário garantir a formação de um escritório técnico capaz de sustentar operacionalmente o CBH-SF.

O mosaico de complicadores para essa inédita e complexa missão de implantar os mecanismos de gestão dos recursos hídricos, até alcançar os mecanismos de cobrança e a sua Agência de Bacia, vai impor ao Comitê uma responsabilidade que, certamente, **o fará buscar**

apoio nas instituições que foram protagonistas da sua história de formação, como a ANA, os órgãos gestores estaduais e o próprio Projeto GEF São Francisco.

Ficam também **subordinadas à essa capacidade técnica e operacional do CBH-SF**, muitas das metas do Programa Integrado de Gerenciamento (PGI) em elaboração no âmbito do Projeto GEF São Francisco, especialmente aquelas que **dependem da performance técnica e gerencial do CBH-SF**.

Os investimentos propostos, neste caso, estão no campo do amparo financeiro às metas que o CBH-SF determinar para a implantação e funcionamento do seu escritório técnico, observando a destinação de uma verba a ser utilizada para custear o **cadastro inicial de usuários da Bacia**, para as necessidades de **equipamento e programas** adequados à esse escritório, bem como para **missões pela bacia e cursos de formação** específicos para a equipe do escritório técnico e membros do CBH-SF.

Portanto, a criação e funcionamento desse escritório técnico estarão **orientados pelo objetivo de construir a condição de sustentação do CBH-SF**, o que requer o apoio para custear as seguintes demandas:

Item	Valor total
Capacitações Técnicas	US\$ 50.000
Publicações técnicas	US\$ 15.000
Viagens e missões	US\$ 30.000
Equipamentos e Programas	US\$ 120.000
Organização do Cadastro de usuários	US\$ 100.000
Total	US\$ 315.000

6.1.2. Revisão e Adequação do Arcabouço Legal na direção da sustentação do CBH-SF

A experiência de implantação do CBH-SF trouxe à tona **a condição de incipiência em que se encontra o conjunto de leis e normas** que regulamentam a criação e funcionamento de comitês de bacias hidrográficas no Brasil, especialmente no caso da implantação dos mecanismos de cobrança, nas destinações dos recursos arrecadados nessa modalidade e no funcionamento de suas agências de bacia.

Muito embora todos os avanços alcançados neste segmento, desde a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos, o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos ainda carece de uma **consistente atuação das instâncias normativas na esfera federal, estadual e municipal, no que diz respeito à sustentação legal para tantas demandas presentes no modelo participativo** preconizado para a gestão dos recursos hídricos no Brasil.

Como já foi possível destacar nesse documento, o processo de formação do CBH-SF **evidenciou algumas lacunas e impropriedades do conjunto normativo** sobre a formação e funcionamento de comitês. O início de funcionamento do CBH-SF proporcionará, sem dúvida, outros destaques que deverão exigir respostas adequadas no tempo e no mérito das necessidades de normatização.

Os instrumentos jurídicos e legais adicionais necessários, por exemplo, **para regular as relações entre os comitês de bacia e os comitês de suas sub-bacias** na implantação dos instrumentos de gestão – em especial a cobrança pelo uso da água – produzirão **fortes implicações nas legislações estaduais e reflexos ainda imprevisíveis** nas relações com as inúmeras instituições atuantes na Bacia.

Esta ação **terá como objetivo a avaliação das lacunas e necessidades de proposição de normatização** pelas instâncias legislativas competentes, numa **postura ativa diante das demandas do processo** de implantação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, **até a consolidação da condição de auto-sustentação do CBH-SF.**

Item	Quantidade	Custo Individual	Duração	Custo total
Consultor jurídico	1	US\$ 1.500	12 meses	US\$ 18.000
Viagens e missões	2 ao mês	US\$ 720	12 meses	US\$ 8.640
Total				US\$ 26.640

6.1.3. Apoio à Criação e Funcionamento das Câmaras Consultivas Regionais

A herança construída e entregue ao CBH-SF de **uma atitude responsável para com as quase 6.000 presenças e as 940 participações habilitadas** no processo eleitoral, resultou no **aproveitamento positivo** dessas participações nas câmaras consultivas regionais, previstas no Regimento Interno do CBH-SF.

Além da função de **conectar o Comitê com as diferentes realidades regionais**, estas câmaras **terão um papel determinante na implantação dos instrumentos de gestão das águas**, uma vez que poderão atender ao CBH-SF nas avaliações locais da **pertinência de cada medida proposta.**

Foi também uma reivindicação da Plenária dos Povos Indígenas **a criação de uma Câmara Consultiva para os Povos Indígenas**, o que vai merecer a adequada apreciação do CBH-SF e que deverá ser trabalhada no contexto das ações para as demais câmaras consultivas.

A ação prevê a atuação de **um consultor em cada região da Bacia** (Alto, Médio, Sub-Médio e Baixo São Francisco), com habilitações e competências na gestão de recursos hídricos e na Política Nacional de Recursos Hídricos.

Item	Quantidade	Custo Individual	Duração	Custo total
Consultores	4	US\$ 1.500	6 meses	US\$ 36.000
Viagens e missões	4 ao mês	US\$ 720	6 meses	US\$ 17.280
Total				US\$ 53.280

Quadro 12. Custos do Fortalecimento Institucional e Auto-Sustentação do CBH-SF

Item	Valor total
Condições para implantação futura de uma Agência de Bacia do CBH-SF	US\$ 315.000
Revisão e Adequação do Arcabouço Legal	US\$ 26.640
Apoio à Criação e Funcionamento das Câmaras Consultivas Regionais	US\$ 53.280
Total	US\$ 394.920

6.2. Sistematização e Publicação de uma Proposta Metodológica de Programa de Mobilização para Formação de Comitês de Bacias Hidrográficas

Essa experiência de formação do CBH-SF **envolveu uma equipe multiprofissional, representando múltiplas instituições, interesses e regiões da Bacia**, sendo merecedor de um registro crítico e sistematizado dos aprendizados, acertos e falhas do processo, principalmente **no aspecto metodológico da experiência**.

O registro aqui mencionado será realizado na forma de uma publicação, elaborada pelos profissionais que tiveram **atuação marcante na formação do CBH-SF e por colaboradores que tenham participado de experiências que possibilitem alguma comparação**. A distribuição dessa publicação terá a seguinte programação:

- **gestores** da instância federal, estadual e municipais ligados direta ou indiretamente a recursos hídricos;
- **instituições** relacionadas à gestão de recursos hídricos;
- **técnicos de organizações da sociedade civil** vinculadas a recursos hídricos e mobilização social; e
- **estudantes dos cursos de graduação e de pós-graduação de instituições de ensino públicas e privadas, de áreas vinculadas à recursos hídricos, especialmente nos estados da Bacia**.

Portanto, propõe-se que a publicação sistematize uma **proposta metodológica de mobilização para a instalação de comitês de bacia** e, ainda, que contribua para o desenho de **programas de mobilização e planos de comunicação**, a partir de conteúdos como:

- uma **abordagem conceitual interdisciplinar** sobre o processo de formação de comitês de bacias hidrográficas;
- informações sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com a **caracterização de cada instrumento e gestão e de cada instância dentro dessa hierarquia**;
- apresentação de um **desenho metodológico flexível**, detalhamento de um roteiro básico de “passo a passo” e de “quem é quem” no processo, comentando as **nuances e armadilhas que podem interferir negativamente ou positivamente nos trabalhos**;
- detalhamento para a etapa de **mapeamento institucional da Bacia e suas conseqüências para a qualidade do processo** de formação de comitê de bacia; e
- os caminhos de um **plano de comunicação, a partir de experiências concretas**, possibilitando uma reflexão a partir de registros críticos, aprendizados, acertos e falhas ocorridas em processos de mobilização principalmente no aspecto metodológico.

Item	Valor total
Coordenação Editorial	U\$ 4.000
Consultores elaboradores (10)	U\$ 10.000
Tradução e Revisão	U\$ 4.000
Projeto gráfico e editoração	U\$ 5.000
Impressão de 25.000 exemplares	U\$ 42.500
Elaboração de cadastro para mala direta	U\$ 3.000
Distribuição de 15.000 exemplares pelo correio	U\$ 6.300
Total	U\$ 74.800

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO
RIO SÃO FRANCISCO: RELATO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS
METODOLÓGICOS, NORMATIVOS E CONTEXTUAIS**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. O COMITÊ DA BACIA: ASPECTOS POLÍTICOS E LEGAIS	6
1.1. Antecedentes Políticos	6
1.2. Antecedentes Institucionais e Legais	8
1.3. A Decisão pela Criação do CBH-SF	10
1.4. Quem é Quem no Processo de Formação do CBH-SF?	11
1.4.1. Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH	11
1.4.2. Agência Nacional de Águas – ANA	11
1.4.3. Diretoria Provisória do CBH-SF	11
1.4.4. Instituto Manoel Novaes - IMAN	12
1.4.5. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – CERH	12
1.4.6. Órgãos Estaduais de Recursos Hídricos	12
1.4.7. Comitês e Pró-Comitês de Bacias Hidrográficas Existentes	13
2. A ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DO CBH-SF	14
2.1. A Diretoria Provisória	14
2.1.1. Composição e Funcionamento da Diretoria Provisória	14
2.2. A Definição da composição do CBH-SF	19
2.3. Normatização do processo de formação do CBH-SF	22
2.4. A Metodologia do Programa de Mobilização	26
2.4.1. Preparação e Sensibilização	28
2.4.2. Os Procedimentos Eleitorais	33
2.4.3. A Complexa Questão dos Povos Indígenas	37
3. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CBH-SF	43
3.1. Avaliação da Metodologia	43
3.1.1. Destaques de Conquistas Necessárias em Processos Futuros	44
3.2. Análise e Avaliação dos Instrumentos Normativos do Processo	47
3.2.1. Reflexos da Normatização sobre a Atuação da Diretoria Provisória	47
3.2.2. Habilitação dos Participantes para Concorrerem às Vagas do CBH-SF	50
3.2.3. Aspectos Relevantes da Elaboração do Regimento Interno	53
3.2.4. A Normatização e seus Impactos na Realização das Plenárias	54
3.3. Avaliação do Processo Eleitoral	55
3.3.1. No Estado de Alagoas	55
3.3.2. No Estado da Bahia	56
3.3.3. No Estado de Minas Gerais	58
3.3.4. No Estado de Pernambuco	60

3.3.5. No Estado de Sergipe	62
3.3.6. No Estado de Goiás e no Distrito Federal	63
3.3.7. As Plenárias Estaduais do Poder Público Municipal	63
3.3.8. A Plenária dos Povos Indígenas	64
4. A POSSE E A PRIMEIRA DIRETORIA DO CBH-SF	66
4.1. A Posse dos Membros do CBH-SF	66
4.2. A Eleição da Primeira Diretoria	67
4.3. A Primeira Agenda do CBH-SF	67
5. CONCLUSÕES	72
6. RECOMENDAÇÕES	83
6.1. Fortalecimento Institucional e Capacidade Técnica e Operativa para Auto-Sustentação do CBH-SF	83
6.1.1. Criação das condições para implantação futura da Agência de Bacia do CBH-SF	84
6.1.2. Revisão e Adequação do Arcabouço Legal na Direção de Sustentação do CBH-SF	85
6.1.3. Apoio à Criação e Funcionamento das Câmaras Consultivas Regionais	85
6.2. Sistematização e Publicação de uma Proposta Metodológica de Programa de Mobilização para Formação de Comitês de Bacias Hidrográficas	86
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
8. ATORES	90
ANEXOS	
1. NORMAS, PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA O PROCESSO DE ESCOLHA E INDICAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	
2. REGIMENTO INTERNO DA DIRETORIA PROVISÓRIA	
3. REGIMENTO INTERNO DO CBH-SF	
4. DELIBERAÇÃO Nº 1 DA DIRETORIA PROVISÓRIA DE 12/06/2002	
5. DELIBERAÇÃO Nº 2 DA DIRETORIA PROVISÓRIA DE 12/06/2002	
6. DELIBERAÇÃO Nº 3 DA DIRETORIA PROVISÓRIA DE 04/07/2002	
7. DELIBERAÇÃO Nº 4 DA DIRETORIA PROVISÓRIA DE 04/07/2002	
8. DELIBERAÇÃO Nº 5 DA DIRETORIA PROVISÓRIA DE 11/07/2002	
9. DELIBERAÇÃO Nº 6 DA DIRETORIA PROVISÓRIA DE 17/07/2002	
10. DELIBERAÇÃO Nº 7 DA DIRETORIA PROVISÓRIA DE 01/08/2002	
11. DELIBERAÇÃO Nº 8 DA DIRETORIA PROVISÓRIA DE 20/08/2002	
12. PROPOSTA PARA A PLENÁRIA DOS POVOS INDÍGENAS	

LISTA DE FIGURAS

1. Cenários da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco	1
2. Cartilha sobre a transposição, Ministério da Integração Nacional, 2000	7
3. Participação percentual dos segmentos na composição do CBH-SF	21
4. Participação percentual dos Estados na composição do CBH-SF	21
5. Estrutura da equipe do IMAN para o projeto do CBH-SF	27
6. Participações nos encontros regionais	31
7. Participações nas plenárias estaduais	36

LISTA DE QUADROS

1. Resumo das atividades da diretoria provisória	16
2. Composição do CBH-SF por Estado	20
3. Usuários - distribuição por categoria e Estado	20
4. Sociedade civil - distribuição por categoria e Estado	20
5. Resumo das deliberações da diretoria provisória	23
6. Equipes estaduais – coordenadores e mobilizadores do projeto	28
7. Panorama e alcance dos encontros regionais	30
8. Inscrições habilitadas para o processo eleitoral	33
9. Calendário de plenárias estaduais	34
10. Resumo das inscrições e participações em plenárias - Alagoas	56
11. Resumo das inscrições e participações em plenárias - Bahia	57
12. Resumo das inscrições e participações em plenárias - Minas Gerais	59
13. Resumo das inscrições e participações em plenárias - Pernambuco	61
14. Resumo das inscrições e participações em plenárias - Sergipe	62
15. Participações em plenárias do poder público municipal	64
16. Membros titulares e suplentes empossados no CBH-SF	68
17. Custos do fortalecimento institucional e auto-sustentação do CBH-SF	86

LISTA DE FOTOS

1. 8ª. Reunião da Diretoria Provisória, agosto/2002, Salvador – BA	25
2. Equipe de planejamento da mobilização, janeiro/2002, Casa Branca – MG	26
3. Encontro regional de Penedo – AL.	30
4. Inscrição para plenária estadual de usuários, agosto/2002, Janaúba – MG.	33
5. Delegações de Alagoas na plenária de irrigantes em Neópolis – SE.	35
6. Reunião durante plenária dos povos indígenas, agosto/2002, Paulo Afonso – BA	41
7. Representantes eleitos dos povos indígenas, agosto/2002, Paulo Afonso – BA	42
8. Membros eleitos e mesa coordenadora, plenária da pesca, agosto/2002, Barra-BA	44
9. Detalhe da mesa coordenadora, plenária de irrigantes, agosto/2002, Janaúba – MG	50
10. Detalhe da votação na plenária da sociedade civil, agosto/2002, Ibimirim – PE	53
11. Reunião de posse dos membros do CBH-SF, dezembro/2002, Brasília – DF.	66

SIGLAS E ABREVIATURAS

AIBA	Associação dos Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia
ANA	Agência Nacional de Águas
ANAÍ	Associação Nacional de Ação Indigenista
APOINME	Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, MG e ES
ASSEMAE	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
CBH-SF	Comitê da Bacia do São Francisco
CEEIVASF	Comitê Executivo de Estudos Integrados do Vale do São Francisco
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIMI	Conselho Indigenista Missionário de Minas Gerais
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAB	Diagnóstico Analítico da Bacia
DESAI	Distrito Sanitário Especial Indígena do Departamento de Saúde do Índio
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEF	Fundo para o Meio Ambiente Mundial
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IMAN	Instituto Manoel Novaes
MIN	Ministério da Integração Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OEA	Organizações dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
PGI	Programa de Gerenciamento Integrado
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RI	Regimento Interno
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia
SERHI	Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Irrigação
UPB	União das Prefeituras da Bahia